



# Anais da Assembléia

Nº 98

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE NOVEMBRO DE 1989

ANO XV

## Atos da Presidência: RESOLUÇÃO Nº 047/89

DATA: 07/11/89

SÚMULA: Aprova o Convênio SEPLAN - PR nº 19/88, celebrado em 28/12/88, entre o Estado do Paraná e a União, através da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, objetivando cooperação, nos planos técnico e financeiro, para realização dos projetos que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do art. 127 do Regimennto Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio SEPLAN-PR nº 19/88, celebrado em 28 de dezembro de 1988, entre o Estado do Paraná e a União, através da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, objetivando cooperação, nos planos técnico e financeiro, para realização dos projetos que especifica.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07/11/89.

ANIBAL KHURY  
Presidente

## RESOLUÇÃO Nº 49/89

DATA: 07/11/89

SÚMULA: Aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, nas datas e com os objetivos que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do art. 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, nas datas de: 30.11.88, objetivando o uso da motomecanização agrícola ao pequeno e médio produtor rural; 25.08.88, objetivando classificação de casulo verde de origem animal e fio de seda; 27.10.88, objetivando a implantação de uma unidade demonstrativa de conservação de solo e água no Município de Palmeira; e, aos termos aditivos a Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, com nº de Ordem 5º,

datado de 21.10.88, data do Convênio original de 18.10.85, objetivando operacionalização do programa de incentivo à produção, comércio e distribuição de sementes e mudas selecionadas para o pequeno agricultor; com nº de Ordem 19º, datado de 28.11.88, data do Convênio original de 25.05.79, objetivando a classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos e resíduos de valor econômico para o mercado interno; com o nº de Ordem 12º, datado de 19.12.88, data do Convênio original de 18.12.80, objetivando a inspeção da produção de sementes e mudas certificadas e fiscalizadas no Estado do Paraná; com nº de Ordem 19º, datado de 28.11.88, data do Convênio original de 07.10.76, objetivando pesquisas sobre mercado agrícola; com o nº de Ordem 3º, datado de 16.11.88, data do Convênio original de 30.07.87, objetivando a implantação de reflorestamentos com finalidade energética (Projeto Biomassa); e, com o nº de Ordem 25º, datado de 21.11.88, data do Convênio original de 02.10.75, objetivando programa que visa dar continuidade aos serviços desenvolvidos pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07/11/89.

ANIBAL KHURY  
Presidente

## RESOLUÇÃO Nº 50/89

DATA: 07/11/89

SÚMULA: Encaminhando cópia autêntica de Termo de Acordo celebrado em 17/08/88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral e a SUDESUL, com a interveniência das Secretarias do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e da Agricultura e do Abastecimento, objetivando a elaboração de estudos, pesquisas e avaliação do Programa de Combate à Erosão do Estado do Paraná - PRONOROESTE.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do art. 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Acordo celebrado em 17 de agosto de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, com a interveniência das Secretarias de

Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e da Agricultura e do Abastecimento, objetivando a elaboração de estudos, pesquisas e avaliação do Programa de Combate à Erosão do Estado do Paraná - PRONOROESTE.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07/11/89.

ANIBAL KHURY

Presidente

# RESOLUÇÃO Nº 53/89

DATA: 07/11/89

SÚMULA: Reajusta os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Poder Legislativo e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do art. 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Poder Legislativo, vigentes em outubro de 1989, serão reajustados, a partir de 01 de novembro de 1989, a título de antecipação salarial, no percentual de 85% (oitenta e cinco por cento).

Art. 2º - Ficam reajustados em 85% (oitenta e cinco por cento):

I - os valores da Gratificação de Produtividade;

II - os valores da Gratificação de Representação Gabinete;

III - os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art. 3º - O limite máximo de remuneração dos funcionários fica fixado a partir do mês de novembro, em NCz\$ 8.093,75 (oito mil e noventa e três cruzados novos e setenta e cinco centavos), de vencimento, e NCz\$ 8.093,75 (oito mil e noventa e três cruzados novos e setenta e cinco centavos), pelo exercício de encargos especiais.

Art. 4º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para NCz\$ 7,62 (sete cruzados novos e sessenta e dois centavos).

Art. 5º - Fica a Comissão Executiva autorizada a, mediante decreto, baixar as tabelas de vencimentos decorrentes da aplicação da presente Resolução.

Art. 6º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de novembro de 1989, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07/11/89.

ANIBAL KHURY

Presidente

## 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA ATA DA 082ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 1989. TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Luciano Pizzatto.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wandlerer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Anibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Quiélse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: David Cheriegate, Ezequias Losso, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli e Sabino Campos (08).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a  
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

### E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 76/89

Curitiba, 26 de outubro de 1989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a subscrever aumento de Capital da Minerais do Paraná S.A. - MINEROPAR, mediante integralização pela incorporação do terreno de propriedade do Estado, situado no Bairro Tarumã,

desta Capital, constituído pelo lote n° "0-4", subdivisão do lote "0", parte do bloco B, da Planta Santo Antônio do Tarumã, com 5.000,00 m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados).

A medida ora submetida a essa Augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, uma vez que o terreno em causa, deverá, conforme disposição expressamente contida no texto do anteprojeto de lei, ser utilizado pela MINEROPAR na ampliação das instalações do laboratório, oficina e garagens, obras essas necessárias ao desenvolvimento das atividades daquela Empresa.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a subscrever um aumento de capital da Minerais do Paraná S/A - MINEROPAR, mediante a integralização pela incorporação do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado à Rua Projetada, Tarumã, nesta Capital, com as seguintes características: terreno de forma retangular, sem benfeitorias, constituído pelo lote "0-4", subdivisão do lote "0", parte do bloco B, da Planta Santo Antonio do Tarumã, com 50,00 m (cinquenta metros) de frente para a Rua Projetada, por 100,00 m (cem metros) de fundos, com área de 5.000,00 m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados), adquirido conforme transcrição n° 12.326, L 3-H, de 07 de junho de 1957, no Cartório de Registro de Imóveis da 2.ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba.

Parágrafo Único. A incorporação de que trata o "caput" deste artigo será feita pelo valor do imóvel à época da subscrição, mediante a necessária avaliação.

Art. 2°. O imóvel objeto da presente lei destina-se à ampliação das instalações do laboratório, oficina e garagens da MINEROPAR.

Art. 3°. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 77/89

Curitiba, 26 de outubro de 1989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a anuir na escritura de permuta das datas de terras que especifica, entre Associação Comercial e

Industrial de Arapongas e o Município de Arapongas.

A necessidade de anuência do Poder Executivo decorre do fato de que o imóvel que a Associação Comercial e Industrial de Arapongas irá transferir ao Município, através da mencionada permuta, lhe foi doado pelo Estado do Paraná, conforme autorização contida na Lei n° 4.737, de 28 de junho de 1963 e matrícula n° 2.667, do Livro 02, do 2° Ofício de Registro Imobiliário da Comarca, com a finalidade específica de ser utilizado na construção da sede da referida Entidade.

Assim sendo, o Poder Executivo, se autorizado por lei na forma ora proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa, poderá anuir em tal permuta, desde que o imóvel que a Associação Comercial e Industrial de Arapongas receba do Município fique gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade e que ao mesmo se transfira a exclusiva finalidade que foi prevista na Lei n° 4.737/63.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1°. Fica o Poder Executivo autorizado a anuir na escritura de permuta da data de terras n° 01, da Quadra 10-A, da Cidade de Arapongas, matriculada sob n° 2667, do Livro 02, do 2° Ofício de Registro de Imóveis da Comarca, de propriedade da Associação Comercial e Industrial de Arapongas, que lhe foi doada pelo Estado, conforme Lei n° 4.737, de 28.06.63, pela data de terras n° 05, da quadra 01-A, da mesma cidade, de propriedade do Município de Arapongas.

Parágrafo Único. A anuência de que trata esta lei será prestada se o imóvel que a Associação Comercial e Industrial de Arapongas receber na referida permuta ficar gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade e que seja exclusivamente utilizado na construção de edifício para sua sede.

Art. 2°. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 78/89

Curitiba, 1° de novembro de 1989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à As-

sociação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia, entidade de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública pela Lei n° 8.414, de 21 de novembro de 1986, uma área de terreno com 12.593,74 m<sup>2</sup>, no Bairro do Cajuru, desta Capital, constante do lote "C", de propriedade da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, conforme transcrição n° 32.747, e respectivas averbações, no Livro 3/M, do Cartório de Registro de Imóveis da 3.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa é altamente significativo e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da coletividade, dispensando até mais detalhada justificativa, eis que a Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia, entidade de tão nobres finalidades irá utilizar o referido imóvel na construção de uma casa destinada à abrigar crianças carentes portadoras de câncer.

No texto do projeto de lei em causa consta dispositivo expresso quanto à destinação do imóvel e à exigência de que, da respectiva escritura de doação, figurem as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, assim como de automática reversão ao patrimônio do Estado, caso haja utilização diversa da prevista.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1°. Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia, uma área de terreno com 12.593,74 m<sup>2</sup>, no Bairro do Cajuru, desta Capital, constante do Lote "C", de propriedade da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, conforme transcrição n° 32.747, e respectivas averbações, no livro 3/M, do Cartório de Registro de Imóveis da 3.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Parágrafo Único. O lote de terreno de que trata o "caput" deste artigo fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade e será exclusivamente destinado à construção, pela donatária, de

uma casa de apoio com a finalidade de abrigar o menor carente portador de câncer, assim como outras especificamente ligadas a suas atividades, revertendo automaticamente ao patrimônio do Estado, caso lhe seja dada outra destinação.

Art. 2°. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 79/89

Curitiba, 1° de novembro de 1989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que altera os limites para a abertura de créditos suplementares fixados na lei n° 8.905, de 05 de dezembro de 1988 (artigos 5° e 9°) e ampliados pela Lei n° 9.059, de 17 de agosto de 1989 (artigos 1° e 2°), relativos tanto à administração direta quanto à indireta.

A necessidade de ampliação do limite decorre principalmente da aceleração do processo inflacionário que, elevando nominalmente os valores, suscita a rápida exaustão dos limites autorizados nos artigos mencionados, uma vez que a taxa inflacionária utilizada nas projeções para definição de valores orçamentários, situa-se em torno de 30% ao mês.

Com a expectativa da nova realidade inflacionária, posicionando-se na casa dos 40% ao mês, e considerando-se a política salarial a ser ministrada pelo Governo do Estado com reajuste de 85% a partir do mês de novembro para a administração direta e autárquica, e reajuste mensal na ordem de 40% ao mês para as entidades da administração indireta, e ainda, 13° salário e efeitos da nova Constituição, como pagamento de pelo menos 1/3 a mais do que o salário normal no gozo de férias anuais remuneradas, e considerando-se ainda que a taxa acumulada de inflação, no período junho/88 - junho/89 (IPC), alcançou 1.171,86%, bem acima, portanto, da taxa embutida na lei orçamentária atual (646%), e que no período de outubro a novembro de 1989, a inflação aproximando-se ao patamar de 40% ao mês, haveria ainda uma taxa acumulada adicional de 177,4%, a elevação dos limites de alteração orçamentária, ora pleiteada, torna-se inevitável.

Apresentamos a seguir os valores prováveis das despesas com pessoal e encargos

#### RECURSOS DO TESOURO

Em NCz\$ 1,00

ESPÉCIES DE DESPESA	ORÇAMENTO PROVÁVEL/89	LEI ORÇAMENTÁRIA	AUTORIZAÇÃO (art. 92-lei 8905/88)	AUTORIZAÇÃO (art. 12-lei 9059/89)	NECESSIDADE DE AUT. ADICIONAL
Pessoal e enc. sociais	3.100.000.000	785.798.284	235.739.485	1.504.712.231	573.750.000
Serviço da Dívida	1.375.000.000	209.034.444	62.710.333	450.389.223	652.866.000
<b>TOTAL</b>	<b>4.475.000.000</b>	<b>994.832.728</b>	<b>298.449.818</b>	<b>1.955.101.454</b>	<b>1.226.616.000</b>

sociais e serviços da dívida integrantes do Orçamento Geral do Estado, bem como as necessidades de autorização adicional por parte do Poder Legislativo, ficando as despesas correntes e de capital nos limi-

tes anteriormente autorizados.

Com referência aos recursos de recolhimento descentralizado, a situação se apresenta da seguinte forma:

#### RECURSOS DE OUTRAS FONTES

Em NCz\$ 1,00

	VALOR PROVÁVEL/89	VALOR ORÇADO	AUTORIZAÇÃO (art. 5º-lei 8905/88)	AUTORIZAÇÃO (art. 2º-lei 9059/89)	NECESSIDADE DE AUT. ADICIONAL
TOTAL	1.115.833.750	537.175.460	161.152.638	217.505.652	200.000.000

Naturalmente, a utilização efetiva da autorização adicional ora solicitada ficará na dependência do comportamento efetivo da arrecadação estadual.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa às considerações aqui expostas, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei nº 8.905, de 05 de dezembro de 1988, à conta de Receitas de Recolhimento Centralizado, até o valor de NCz\$ 1.226.616.000,00 (hum bilhão, duzentos e vinte e seis milhões, seiscentos e dezesseis mil cruzados novos), em acréscimo às autorizações já contidas no art. 9º da Lei nº 8.905, de 05 de dezembro de 1988 e artigo 1º da Lei nº 9.059, de 17 de agosto de 1989, a fim de atender despesas dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, inclusive transferências de recursos para as entidades vinculadas da administração indireta.

Art. 2º. Fica também o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares aos orçamentos próprios das autarquias, empresas públicas, fundações instituídas pelo Estado e órgãos de regime especial, aprovados pelo decreto nº 4.609, de 30 de dezembro de 1988, à conta de Receitas de Recolhimento Descentralizado, até o valor de NCz\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzados novos), em acréscimo às autorizações já contidas no artigo 5º, § 2º da Lei nº 8.905/88 e artigo 2º da Lei Estadual nº 9.059/89, a fim de atender às programações de cada entidade.

Art. 3º. Servirão como fonte de recursos para a cobertura dos créditos referidos nos artigos 1º e 2º quaisquer das formas especificadas no § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

#### Ofícios:

Sob os n's DTL/SAT 200, 201, 202 e 203/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei, números:

132/89: De autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que concede a JUCILDA PACHECO ANTONELLI, uma pensão mensal, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o número 9.103. Anote-se. Arquite-se.

196/89: De autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola "General Antonio Sampaio", com sede e foro no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.104. Anote-se. Arquite-se.

251/89: Do PODER EXECUTIVO, que dispõe sobre limite de remuneração de servidor público civil e militar, ativo e inativo, e de pensionista da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, na forma que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.105. Anote-se. Arquite-se.

220/89: De autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que autoriza a doação do imóvel que especifica ao Município de Ipiranga, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.106. Anote-se. Arquite-se.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO Nº 2294

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei nº 284/89 que ratifica a Lei nº 9008/89 e dá outras providências. A mencionada Lei 9008/89 de acordo com anexo, incorporou área do Município de Céu Azul ao município criado, de Santa Tereza do Oeste, sem que houvesse sido realizado o devido plebiscito.

Sala das Sessões, em 07.11.89

(a) GERNOTE KIRINUS

##### REQUERIMENTO Nº 2308

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência à Mensagem Governamental n° 77/89.

Sala das Sessões, em 07.11.89

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO N° 2309

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência à Mensagem Governamental n° 76/89, pelos motivos nela explícitos.

Sala das Sessões, em 07.11.89

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO N° 2332

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, solicita Regime de Urgência no PROJETO DE LEI N° 303/89, que unifica o valor do salário família pago aos servidores públicos do Estado.

Sala das Sessões, em 07.11.89

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2333

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, solicita Regime de Urgência no PROJETO DE LEI N° 305/89, que autoriza o chefe do Poder Executivo a reajustar mensalmente pela variação do índice de preços ao consumidor (IPC) dos vencimentos dos Servidores Públicos do Estado.

Sala das Sessões, em 07.11.89

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2327

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 282/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 07.11.89

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N° 2324

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido

Curitiba, terça, em 07.11.89

emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 07.11.89

(a) VERA AGIBERT

REQUERIMENTO N° 2286

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o retorno à Ordem do Dia, do Projeto de N° 202/89, que concede a gratificação de 40% de responsabilidade técnica aos profissionais dos cursos universitários de Medicina Veterinária, Zootecnia e Engenharia Florestal, servidores públicos da Administração Direta, Indireta e Autárquica do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.11.89

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2329

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a Retirada da Ordem do Dia por 03 sessões o Projeto de Lei n° 185/89.

Sala das Sessões, em 07.11.89

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 2317

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Garoto JEFFERSON WILSON CARVALHO, filho de Rivaldo Prudente Carvalho, ocorrido no dia 21 próximo passado, nesta Capital.

O falecimento prematuro desse jovem, em quem seus pais depositavam as mais ternas esperanças, deixou uma lacuna difícil de ser preenchida.

REQUER, ainda, que da decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07.11.89

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 2326

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado à família da Senhora MÁRCIA AUGUSTA DE MELO GARCIA, votos de profundo pesar pelo seu falecimento ocorrido na data de hoje na Cidade de Umuarama.

Sala das Sessões, em 07.11.89

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 2287

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação Brasileira de Veterinários Especialistas em Suínos - ABRAVES e Associação Brasileira de Veterinários Especialistas em Suínos - Regional S/C, pela realização com pleno sucesso, do IV Congresso Brasileiro de Veterinários Especialistas em Suínos no período de 24 a 27.10.89, em Itapema - SC.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência à ABRAVES e ABRAVES Regional/SC, através de correspondências endereçadas à:

- Dr. Mário Faccin

Pres. da Comissão Organizadora do IV Cong. Brasileiro de Veterinários Especialistas em Suínos.

Rua Felipe Schmidt, 27 - 1º andar - sala 114.

88.010 - Florianópolis - SC

- Ao Pres. da ABRAVES Regional/SC

A/C Evecon e Congressos Ltda.

Rua Felipe Schmidt, 27 - 1º andar - sala 114.

88.010 - Florianópolis - SC

Sala das Sessões, em 07.11.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 2288

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações pelo transcurso do 28º aniversário de emancipação política do Município de Cambira, ocorrido em 22 de outubro próximo passado.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

- José Decíneo Catâneo - Prefeito Municipal de Cambira.

- Laércio Barriquelo - Pres. da Câmara Municipal de Cambira.

Sala das Sessões, em 07.11.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 2289

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações pela magna data de 30 de outubro, oportunidade em que se comemora o Dia do Comerciante e o Dia do Balconista.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

- Carlos Alberto Pereira de Oliveira

Pres. da Associação Comercial do Paraná

Rua XV de Novembro, 621 / 7º - Curitiba-PR

- Carlos Buck

Pres. do Sindicato dos Empregados no Comércio de Curitiba.

Rua XV de Novembro, 1040 - Curitiba-PR

- José Roque da Silva

Pres. da Federação dos Trabalhadores no Comércio do Paraná.

Rua Mal. Hermes, 910 - Centro Cívico - Curitiba - PR

Sala das Sessões, em 07.11.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 2290

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações pelo transcurso do 28º aniversário de fundação da TV Paranaense - Canal 12.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência ao Doutor Francisco Cunha Pereira, Diretor Presidente da TV Paranaense Canal 12, através de correspondência enviada para a Avenida Batel, 1323 - 80.420 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 07.11.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 2291

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações pela eleição e posse das novas Diretorias da Federação e do Centro das Indústrias do Estado do Paraná, ocorridas nesta Capital em 19 de outubro de 1989.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

- Jorge Aloysio Weber

Pres. da Fed. das Indústrias do Paraná, e do Centro das Indústrias do Estado do Paraná

- Luiz Carlos Settin

Gilberti Borges

Wilson Thiesen

Roland Guth

Todas, Vice-presidentes da FIEP: Av. Cândido de Abreu, 200 Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 07.11.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 2292

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações pela eleição e posse da nova diretoria da Associação Paranaense dos Engenheiros Florestais, gestão 89/91.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

- Dr. Luiz Carlos Herde - Pres. da

APEF

- Irineu Dalla Corte - Vice-Pres. Adm.

- Gilson Generoso - Vice-pres. de As-



**suntos Profissionais**

- Luiz Antonio M. Nunes de Mello - Vice-pres. Relações Públicas  
- Roberto Bocovis - Secretário Geral.  
- Yeda Maria M. de Oliveira - Primeiro Secretário.

- João Roberto Bora - Segundo Secretário

- Ibson Gabriel M. de Campo - Tesoureiro Geral

- Waldemar Capriglione Júnior - Primeiro Tesoureiro

- Hélio Brasil F. Fagundes - Segundo Tesoureiro

**Titulares do Conselho Deliberativo:**

- Nito Melquiades da Silva, Carlos Antonio Duda, Mário Takao, Inoue, Juracy C. da Silva e Nadir Silva Castro.

**Suplentes do Conselho Deliberativo:**

- Geraldo Luiz Farias, Antonio Albino Ramos e Hemerson Y. Nishimura - todos endereçados à Associação Paranaense de Engenheiros Florestais: Al. Dr. Muricy, 474 - 3º andar - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 07.11.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO N° 2293**

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à TV. PARANAENSE - CANAL 12 pela passagem do seu 29º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor Presidente do Canal 12.

Sala das Sessões, em 07.11.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

A TV PARANAENSE marcou o pioneirismo da televisão no Paraná, fruto da visão de um dos mais conceituados homens do setor empresarial da comunicação, o Dr. NAGIB CHEDE.

Nestes 29 anos de sua existência caracterizou-se por uma política de aperfeiçoamento técnico e de recursos humanos visando acima de tudo a qualidade da informação, o entretenimento, a cultura, a divulgação do Paraná e o estímulo ao trabalho do nosso povo.

Esse trabalho tem resultado na conquista de prêmios de nível nacional que traduzem o mais alto reconhecimento da sociedade e atestam a capacidade gerencial implantada.

A TV PARANAENSE é hoje orgulho dos paranaenses e um dos mais fortes pilares de apoio ao nosso desenvolvimento político, econômico e cultural.

Afiliada à rede Globo de Televisão, o

Canal 12 exerce há anos uma incontestável liderança de audiência, que se consolida a cada dia não apenas através do trabalho cotidiano mas também à criatividade em campanha que exaltam e elevam o Paraná e sua gente.

A sua solidez como empresa é outra grande conquista que atesta a segura orientação imposta pela administração atual, sob o comando do eminente jornalista e empresário Dr. Francisco Cunha Pereira Filho.

Emissora atuante, moderna tecnicamente e cobrindo todos os recantos do nosso Estado, a TV Paranaense é um dos patrimônios do nosso povo, motivo de orgulho de todos nós.

Portanto, deve esta Casa associar-se ao júbilo pelo trancurso do 29º aniversário do canal 12, tributando sua homenagem à Direção, funcionários e colaboradores pelo auspicioso evento.

**REQUERIMENTO N° 2300**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata dos Trabalhos do dia de hoje, votos de congratulações ao Dr. José Eduardo de Andrade Vieira, Presidente do Banco Bamerindus do Brasil S/A, pela veiculação do comercial "Credite no Brasil" de sensibilizante mensagem de patriotismo e estímulo ao povo brasileiro, mostrando que o Brasil é a força e a raça de todos os que aqui vivem.

Após ouvido o Plenário, pede-se dar ciência deste ao Dr. José Eduardo de Andrade Vieira, na Presidência do Banco Bamerindus do Brasil.

Sala das Sessões, em 07.11.89.

(a) RENATO ADUR

**JUSTIFICATIVA:**

"Credite no Brasil" é mais que uma frase comercial, é uma mensagem de sensibilizante patriotismo, pois brasileiro é toda a gente que aqui vive, e a força do trabalho deste povo é a locomotiva do Brasil, acelerando os caminhos do progresso.

Creditar-se no Brasil, é creditar-se em si mesmo; crédito de fé, de esperança no amanhã e, principalmente, de confiança no trabalho de cada um.

**REQUERIMENTO N° 2302**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de voto de congratulações ao Sr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor-Presidente da TV Paranaense - Canal 12 pela passagem do 29º ano de sua fundação.

Sala das Sessões, em 07.11.89.

(a) RENATO ADUR



## JUSTIFICATIVA:

A Televisão Paranaense, três vezes festejada como a melhor televisão brasileira, alia o nosso orgulho regional aos benefícios do lazer sadio, à marca incontestável desses 29 anos de sua existência.

Tanto como contribuiu para a formação educativa desta geração, sob sua firme liderança alcançamos expressivas conquistas que redundaram em profícuo proveito ao nosso povo e ao nosso Governo.

A efeméride, pelo lastro da atuação social da homenageada, a par de merecer relevo, recomenda as nossas congratulações, pelo desempenho e pelo dinamismo de sua direção e de seus funcionários.

## REQUERIMENTO N° 2314

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando se suas prerrogativas, REQUER, após ouvido este Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, os votos de congratulações e aplausos aos Municípios de Campina da Lagoa e Ubatuba, que no último dia 04 comemoraram seus 28° aniversários de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência aos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores de ambos os municípios.

Sala das Sessões, em 07.11.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

Apoioamento:

Luiz Carlos Alborghetti.

## REQUERIMENTO N° 2315

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido este Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, os votos de congratulações e aplausos ao Município de Roncador, que no último dia 05 comemorou seu 28° aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores deste município.

Sala das Sessões, em 07.11.89

(a) NAMIR PIACENTINI

Apoioamento:

Luiz Carlos Alborghetti.

## REQUERIMENTO N° 2325

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações a todos os que trabalham no Tribunal de Contas, pelo Transcurso do "Dia do Tribunal de Contas", que se comemora em 07 de novembro.

REQUER, ainda, que do presente se dê

ciência às seguintes autoridades:

- Dr. Antonio Ferreira Rüppel

Presidente do Tribunal de Contas do Paraná

- Dr. João Feder

Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Paraná

- Dr. Rafael Iatauro

Corregedor Geral do Tribunal de Contas do Paraná

E os Conselheiros:

- Dr. João Olivir Gabardo

- Dr. Cândido Manoel Martins de Oliveira

- Dr. Nestor Baptista

- Dr. João Cândido da Cunha Pereira

Sala das Sessões em 07.11.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO N° 2298

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o encaminhamento de ofício ao Senhor Presidente da TELEPAR, Fernando Xavier Ferreira, solicitando sejam determinadas providências para a instalação de um telefone comunitário no Parque D. Pedro II, da cidade de Ponta Grossa, de conformidade com moção contida em abaixo-assinado pelos mesmos subscrito, anteriormente enviado àquela Administração.

Sala das Sessões, em 07.11.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

## JUSTIFICATIVA:

A necessidade da comunidade contar com esse imprescindível serviço público, tornou imperioso que a presente iniciativa fosse tomada, a fim de que, de uma forma mais eficiente e menos onerosa, todos venham se beneficiar, a exemplo do que vem ocorrendo com outras comunidades, constituídas, também, em sua maioria, de famílias de baixa renda, e, portanto, sem condições financeiras para adquiri-lo particularmente.

Diante do exposto, conta com o apoioamento de seus Pares com assento nesta Casa, a fim de que a comunidade moradora do Parque D. Pedro II seja contemplada com esse imprescindível serviço.

## REQUERIMENTO N° 2313

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício deste Poder, à Sua Excelência o Presidente da República, José Sarney, no sentido de que este interceda junto à Presidência do Banco do Brasil S/A, para que seja preservado o Museu David Carneiro aos paranaenses, e que suas obras não sejam dispersas em razão de débito ao

Banco do Brasil S/A.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas.

- Renê Ariel Dotti - Sec. de Estado da Cultura.

- Francisco de Borja B. Magalhães Filho - Sec. de Estado do Planejamento.

- David Carneiro - Historiador

- Governador Álvaro Dias

- Francisco Cunha Perreira

Diretor Presidente da R. Paranaense de Televisão.

- Paulo Cruz Pimentel

Diretor Presidente da TV Iguaçu - TV Cidade - TV Naipi e TV Tibagi

- José Carlos Martinez

Diretor Presidente da Rede Oeme de televisão

- Leonardo Petrelli

Diretor Presidente do Sistema Sul de Comunicação.

Sala das Sessões, em 07.11.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2320

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. Pedro Arthur Sampaio, DD. Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a Creche Sagrada Família, localizada em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 07.11.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Sagrada Família, localizada em Campo Mourão, é uma entidade que tem mantido tradição de bom atendimento, eficiência organizacional, no atendimento de pessoas carentes de Campo Mourão. Porém, por motivos de dificuldades financeiras causadas pela elevada inflação vigente, necessita atualmente de auxílio financeiro para continuar prestando relevantes serviços àquela comunidade.

REQUERIMENTO N° 2321

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. Jorge Gomes Rosa Filho, DD. Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Creche Sagrada Família, localizada em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 07.11.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Sagrada Família, localizada em Campo Mourão, é uma entidade que tem mantido tradição de bom atendimento, efi-

ciência organizacional, no atendimento de pessoas carentes de Campo Mourão. Porém, por motivos de dificuldades financeiras causadas pela elevada inflação vigente, necessita atualmente de auxílio financeiro para continuar prestando relevantes serviços àquela comunidade.

REQUERIMENTO N° 2322

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. Jorge Gomes Rosa Filho, DD. Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Creche Santa Mônica, localizada em Mamborê.

Sala das Sessões, em 07.11.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Santa Mônica, localizada em Mamborê, é uma entidade assistencial que presta serviços àquela comunidade no atendimento de gestantes e recém-nascidos. Entretanto, em função de defasagem orçamentária, causada pelos elevados índices inflacionários em vigor, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 2323

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. Pedro Arthur Sampaio, DD. Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a Creche Santa Mônica, localizada em Mamborê.

Sala das Sessões, em 07.11.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Santa Mônica, localizada em Mamborê, é uma entidade assistencial que presta serviços àquela comunidade no atendimento de gestantes e recém-nascidos. Entretanto, em função de defasagem orçamentária, causada pelos elevados índices inflacionários em vigor, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 2299

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Dr. Antônio Lopes de Noronha, MD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando informações sobre a programação em termos de reaparelhamento e aumento de pessoal, para o atendimento do Município de

União da Vitória e demais Municípios da Região, bem como sejam tomadas as providências imediatas possíveis para um melhor atendimento à Segurança Pública daquela Região.

Sala das Sessões, em 07.11.89.

(a) LUCIANO PIZZATTO

Apoiamto: Anibal Khury e Antônio Annibelli.

JUSTIFICATIVA:

A situação crítica em que se encontra a segurança pública no Município de União da Vitória e região, está merecendo a melhor atenção por parte da Secretaria de Estado da Segurança, razão pela qual nos valamos deste expediente, em atendimento aos legítimos reclamos das autoridades e lideranças daquela Região, buscando assim contribuir efetivamente para que a autoridade competente tome conhecimento da realidade e tome na medida do possível as providências que se fizerem necessárias.

REQUERIMENTO N° 2301

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, na forma regimental, seja enviado expediente à TELEPAR, no sentido de proceder estudos para posterior ampliação do sistema telefônico de Catuporanga, Município de Nova Tebas, que hoje conta apenas com um Posto de Serviços.

Requeiro ainda, seja dada ciência deste aos Srs. Prefeito e Presidente da Câmara Municipal de Nova Tebas.

Sala das Sessões, em 09.11.89.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

O PS instalado em Catuporanga já não suporta a demanda de serviços, causando descontentamento e transtorno aos seus usuários, pois que, a plena expansão da localidade já é, por si, a justificativa deste requerimento, em se contando que não se trata apenas de conforto, mas de necessidade premente, pois Nova Tebas está experimentando um surto de desenvolvimento devido à sua elevação a Município.

REQUERIMENTO N° 2303

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER o envio de expediente ao Sr. Paulo Mandarin, Presidente da Caixa Econômica Federal, com a finalidade de solicitar a liberação de verbas do Projeto Mutirão para 64 conjuntos habitacionais com 2.694 unidades concluídas, no valor de 853.683 VRF, no Estado do Paraná.

Que deste se dê ciência ao DD. Secretário Especial da Habitação, Dr. Odeni Mongruel.

Sala das Sessões, em 09.11.89.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

Os gestores da política de Ação Comu-

nitária no Estado têm trazido a esta Casa de Leis suas inquietações pela não liberação dos recursos em tempo hábil para a execução dos projetos aludidos no presente.

Cumpre-nos destacar o Paraná como um dos Estados onde se constata a maior preocupação de políticas sociais voltadas ao atendimento da população carente, notadamente no meio rural; e por outro lado a posição privilegiada do Estado no cumprimento de uma política agrícola, colocando-o entre os maiores produtores do País.

Não é sem razão que lideranças políticas e comunitárias vêm externando tal preocupação diante deste Parlamento.

Neste momento angustiante da vida de nosso povo não poderíamos nos omitir diante de suas reivindicações maiores e mais justas.

Existem no Estado diversos projetos em andamento que estão atrasados ou praticamente desativados em função da morosidade na liberação de tais recursos.

Senhores Pares, as razões para aprovação do presente requerimento são as mais prementes, tendo em vista que não haja um comprometimento maior na execução de tais projetos no Estado.

REQUERIMENTO N° 2304

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER a Vossa Excelência que, após consultado o Plenário, seja expedido ofício ao Excelentíssimo Sr. Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Dr. Abrahão Miguel, solicitando a qualificação do Distrito Administrativo de Catuporanga em Distrito Judiciário, localizado no recém-criado Município de Nova Tebas.

Sala das Sessões, em 07.11.89.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo de Catuporanga foi criado pela Lei Estadual n° 133/83m art. 2°, conforme cópia inclusa, apresentando, após a ligação asfáltica entre a cidade de Pitanga e a Cidade de Campo Mourão, um alto índice de crescimento demográfico e econômico, pela sua posição estratégica dentro do Município de Nova Tebas.

O aludido Distrito conta atualmente com aproximadamente 450 casas em sua sede, possuindo na sua faixa territorial, perfeitamente delimitada com a criação do Distrito Administrativo, mais ou menos 8.000 habitantes e tendo em torno de 2.200 eleitores.

Face à promulgação da Nova Constituição Estadual, ficou estabelecido que é da competência privativa do Egrégio Tribunal

de Justiça do Estado a criação de Distritos Judiciários, conforme preceitua o art. 101, inciso I, alínea "a" da Constituição Estadual.

Torna-se premente a qualificação do Distrito Administrativo de Cataporanga em Distrito Judiciário, pelas condições acima expostas e outras que poderão ser comprovadas, caso entenda necessário, o digno Presidente da mais alta Corte de Justiça do nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 2319

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Hein Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando serviços de recapeamento da pavimentação asfáltica da Rodovia PR-180, trecho de Goioerê - Distrito de IV Centenário - Distrito de Bandeiras d'Oeste - Rio Piquiri.

Sala das Sessões, em 07.11.89.

(a) AMÉLIA HRUSCKA

JUSTIFICATIVA:

O citado trecho da rodovia PR-180 apresenta buracos em quase toda sua extremidade, causando sérios problemas aos motoristas que trafegam naquela região. Em função da impotência sócio-econômica da rodovia, no transporte da produção agrícola de uma das regiões mais ricas do nosso País, é necessário o recapeamento asfáltico com a maior brevidade possível, visando normalizar o tráfego naquela região, dentro da filosofia de trabalho progressista adotada pelo Governo Álvaro Dias.

REQUERIMENTO N° 2330

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a construção da sede da 26.<sup>a</sup> CIRETRAN do Município de Cianorte, através do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN.

Sala das Sessões, em 07.11.89.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO N° 2331

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Osmar Dias, solicitando a implantação do núcleo da referida Secretaria, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 07.11.89.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO N° 2328

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado na forma do art. 55 da Constituição do Estado do Paraná, ao Secretário de Estado da Fazenda, o seguinte,

PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

1. Como funciona (operação) o repasse do dinheiro arrecadado pela LOTOPAR às Prefeituras e Secretarias de Estado para a realização de obras comunitárias? Quais os prazos e critérios para esses repasses?
2. Qual o montante repassado, até hoje, para cada Secretaria e Prefeitura, especificadamente?
3. Qual a fiscalização para cumprimento das obras e projetos atinentes aos repasses dos recursos arrecadados pela LOTOPAR?
4. Quantos atletas, quais, representantes de quais municípios, foram escolhidos por quais critérios; foram beneficiados com o projeto "Frutos da Terra"?
5. O repasse de recursos para promoção de dança, música e teatro, atinge que valor? Quem foram os beneficiados? Através de quais critérios?
6. Qual o montante de verbas repassado para a instalação da TV Educativa?
7. Qual o montante de verbas destinado às reformas do Teatro da Classe, em Curitiba?
8. Quantos veículos e de que forma foram adquiridos pela LOTOPAR, para utilização em trabalhos de assistência social, nos municípios do Paraná?
9. Quais foram os municípios beneficiados com esses veículos?
10. Quais os critérios utilizados para distribuição desses veículos?

Sala das Sessões, em 07.11.89.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O trabalho árduo de confecção da nova Constituição do Paraná empenhou-se em refletir as aspirações da sociedade brasileira e as lutas e reivindicações empunhadas pela sociedade organizada, ao longo dos últimos anos. Dentre essas, destaca-se a reconquista das prerrogativas do Poder Legislativo do Paraná, sobremaneira, a fiscalizadora dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, tal qual hoje está expresso, no art. 54, XXVIII, da Constituição do Estado do Paraná.

Essa prerrogativa do Legislativo não tem o objetivo, como possa ser insinuado, de especular o Executivo, mas, de imprimir caráter transparente aos atos daquele Po-

der.

É clara a campanha desenvolvida em nosso Estado e, inclusive, fora dele, contra a Loteria do Paraná, LOTOPAR.

Se, por um lado, a campanha de autores desconhecidos, afirma que "prá ganhar na LOTOPAR não precisa nem jogar", por outro lado a LOTOPAR informa que 400 mil paranaenses foram premiados, em dois anos de existência - um recorde brasileiro, resultado de 200 milhões de apostas.

Material impresso de boa qualidade, em tom de denúncia (anexo), afirma: "Você emite faturas contra a LOTOPAR e pedir prá namoradinha (lá dentro) confirmar o crédito pro agiota interessado em descontar a duplicata. Pronto: o agiota te dá a grana (250 paus mais ou menos) e você se manda prá Aruba/Lisboa/Rio de Janeiro."

O Pedido de Informações encaminhado é uma oportunidade real de a Secretaria da Fazenda órgão ao qual a LOTOPAR está subordinada, esclarecer os benefícios propiciados à sociedade paranaense, através dos recursos arrecadados pelas apostas.

O projeto denominado "Boca no Trombone" (anexo) é infundado? É descabido e calunioso?

Esta a ocasião oportuna para a LOTOPAR esclarecer o contrário. A acolhida por esta Casa deste projeto de lei, não se trata de simples especulação oposicionista ou intenção de polemizar qualquer denúncia anônima, mas, o exercício pleno da função fiscalizadora do Poder Legislativo, garantida pela Constituição promulgada em 05 de outubro deste ano.

Mais do que qualquer campanha esclarecedora, através da imprensa, esta ocasião constitui-se em oportunidade para esclarecimento de qualquer dúvida quanto a LOTOPAR, porque cinquenta e quatro parlamentares terão, à sua disposição, documentação detalhada acerca das suas operações e funcionamento.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 307/89  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica transferida do Município de Imbituva para o Município de Irati, a área territorial a seguir descrita:

"Tendo como ponto de partida um marco cravado entre as margens do rio Cataruva e a linha de limite territorial do Município de Irati, segue confrontando com esta pelo rumo 85°'NW com a distância de 7.950 m. Deste ponto deflexiona-se à direita, à esquerda e à direita novamente, confrontando com a linha de limite territorial com terras do Município de Prudentópolis, respectivamente, nos seguintes rumos e distâncias: 20°00'NE em 1.157m; 26°00'NW em

1.134m e 05°00'NW em 538m, chegando às margens do Arroio Junqueira. Deste ponto segue Arroio abaixo com distância de 3.218m, confrontando pela nova linha territorial de limite com terras do Município de Imbituva no rumo 74°00'NE com a distância de 4.210m, chegando às margens do Arroio do Ansolin. Deste ponto segue Arroio abaixo confrontando com terras do Município de Imbituva com a distância de 6.940m, chegando na confluência do referido Arroio com os Rios Perdido e Caratuva. Deste segue em direção ascendente pelo Rio Caratuva confrontando com a antiga linha de limite territorial com terras do Município de Irati com a distância de 9.632m, chegando-se ao ponto onde se fez princípio e onde se encerra a presente descrição, com área de 55.697, 674m<sup>2</sup> (cinquenta e cinco mil, seiscentos e noventa e sete metros quadrados, e seiscentos e setenta e quatro milímetros quadrados)".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.11.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição encontra respaldo na expectativa da própria população da área territorial a ser transferida, em função de diversos aspectos de ordem eminentemente pragmática, a saber: a distância que separa as comunidades de Pinho de Baixo e Pinho de Cima, da sede do município de Imbituva e "contrário sensu", sua proximidade da sede do município de Irati, com todas as conseqüências que estes fatos vêm acarretar, como a possibilidade de atendimento mais econômico e rápido à população, em todas as instâncias.

Com certeza, a transferência pretendida virá, também, desonerar a Prefeitura de Imbituva, que poderá direcionar mais uma parcela de atenção a outras localidades de seu território, enquanto que, para o Município de Irati, tal encargo não se traduzirá em ônus excessivo.

Em anexo, documenta-se a afirmativa da Prefeitura Municipal de Irati e da Câmara Municipal, comprometendo-se a receber e prestar total assistência à área a ser anexada; memorial descritivo da referida área; ofícios da Câmara Municipal de Imbituva concordando com a transferência; declaração do Banco do Brasil, ag. de Irati, que demonstra benefícios sócio-econômicos à população; abaixo-assinado movido por mais de trezentos eleitores representando aproximadamente 85% dos eleitores residentes na área e, finalmente, mapas demonstrativos da área a ser transferida, do Município de Imbituva e a área, e do Município de Irati e a área.

Diante do exposto, concitamos os

nobres Pares desta Casa de Leis, a apoiarem esta causa de relevância para a população deste Estado, dando seu assentimento ao presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 308/89  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO GLADSTONE FRANCISCO DA PAIXÃO, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.11.89.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A citada Fundação é entidade privada, sem fins lucrativos, de caráter sócio-assistencial, visando dar atendimento na área de saúde, especificamente na das doenças renais e afins. Foi ela idealizada com base na longa experiência do Corpo de Nefrologistas da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba.

O atendimento consiste, na maioria, de pessoas carentes que não possuem condições para pagar os altos custos do tratamento hemodialítico e de transplante renal.

A Fundação possui equipes multidisciplinares, compostas de médicos, enfermeiros, nutricionistas, psicólogos e assistentes sociais, possibilitando desta forma melhor e mais completo aos seus pacientes. Procura atingir o mesmo objetivo através também da obtenção de equipamentos de última tecnologia.

A mencionada entidade em muito tem colaborado no conhecimento sério dessas doenças, agindo na defesa da população, através de campanhas informativas junto a esta e à imprensa, conforme pode ser visto na documentação anexa a este projeto de lei.

Assim sendo, esperamos poder contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, acompanhado do Deputado Algaci Túlio, fomos participar de uma carreata a favor do nosso candidato a Presidente, Leonel Brizola, em Paranaguá.

Mais de duzentos carros, numa demonstração de mobilização política sem precedentes naquele Município. Verificamos

a posição dos companheiros de Paranaguá e da população, a favor de um dos candidatos que mais representa o espírito nacional, que mais representa a independência que precisamos, neste País.

Logo na entrada da cidade, recebemos o vice-Presidente do PSDB, o Luís Duarte, que como Secretário do Partido abandona o PSDB nesta semana, com mais 350 filiados no Município de Paranaguá, sindicalistas, para apoiar a candidatura de Leonel Brizola.

Apóiam Brizola porque entendem que neste momento em que estamos vivendo, da vida nacional, onde de um lado o poder econômico, representado pelas "Organizações Globo", lança um candidato, um "figo podre" vestido, muito bem ornamentado e maquiado. E de outro lado, o desespero daqueles velhos políticos que até agora não tomaram posição e que se agarram à possibilidade da candidatura de um animador de televisão, patrocinado pelo Presidente Sarney. Este golpe não pode ser aceito pela sociedade brasileira. E não resta aos homens de bem a esquerda deste País, outra alternativa que não o voto útil, que estabelecer o voto útil, que somar-se para conquistar o segundo e ganhar as eleições presidenciais deste ano.

Esta decisão, do Vice-Presidente dos Tucanos de Paranaguá, junto com outros 350 filiados e mais o Secretário do Partido é uma decisão histórica, numa demonstração de que é neste momento que se precisa fazer a reflexão dos destinos deste País. A reflexão passa por parte de um envolvimento da campanha política.

Sem dúvida nenhuma que o candidato Mário Covas não merece de nossa parte nenhuma condenação à sua vida pública, à sua idoneidade. Não resta dúvida e não é esta a crítica que fazemos. Nós apenas entendemos que é justo e é lícito, neste instante, que as forças democráticas se unam ao candidato mais viável para enfrentar a Direita, no segundo turno. E, na nossa concepção, o candidato mais viável chama-se Leonel de Moura Brizola.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós fazemos este registro, na Assembléia Legislativa, para que fique demonstrado que o Paraná começa a "brizolar" pela centro-esquerda, começando em Paranaguá. Já temos diversos companheiros, Prefeito de Corbélia, do PMDB, que apóia incondicionalmente Leonel Brizola, vários Presidentes de outros Partidos, como o do PTB de Araucária, o Presidente do PTB de Cascavel, e assim por diante. Inclusive, diversos funcionários públicos que entendem que o momento é um momento de seriedade, para enfrentar a direita, para enfrentar o engano, para enfrentar o poder econômico, para enfrentar a mentira, se

somam para chegarmos ao segundo turno e conquistarmos a independência deste País.

Era isso, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O próximo orador inscrito, é o Deputado Raul Lopes, a quem concedemos a palavra.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Preparei um discurso, discurso não, uma saudação e algumas reflexões, para ser mais preciso. Todavia, quero mudar, dar uma guinada, dar um azimuth diferente, porque o nosso prezado e querido companheiro, Deputado Paulo Furiatti, me dá uma posição sobre Paranaguá. Nós estranhamos, porque há algumas horas atrás estávamos em contato, não quero dizer que isso não tenha ocorrido, mas para Paranaguá é surpresa nossa, porque também em Paranaguá o nosso candidato do PSDB, Mário Covas, ostenta e sustenta uma participação espetacular; uma receptividade maravilhosa. Razão pela qual, a nível nacional, também o nosso candidato Mário Covas sobe de uma forma maravilhosa, esplendorosa no conceito nacional tendo em vista os últimos acontecimentos nacionais. De sorte que, sem desmerecer, sem denegrir os demais companheiros, quero também fortalecer que o nosso candidato também é muito forte e, tomara que o Brasil pense, coloque os pés no chão para que veja o quanto é importante este momento que nos dista em torno de oito dias. Mário Covas é, sem dúvida alguma, um candidato espetacular; um homem capaz de poder salvar este querido Brasil. Mas vim aqui para fazer algumas reflexões. Reflexões do tipo reflexo na política externa do que vem acontecendo nestes últimos dias quando apresentaram aí um novo candidato. Candidato chamado Silvio Santos. Não sou contra ele. Acho que a Lei Eleitoral cometeu algumas falhas e lamentavelmente e, em função destas falhas ele pôde naturalmente ser candidato.

Mas, estou preocupado porque desta tribuna sempre procurei chamar os fatos no que diz respeito à repercussão da nossa política nacional, no que diz respeito à nossa parte externa.

Vejam vocês que recentemente reuniram todas as agências de comunicação sediadas neste Brasil com o Presidente do Supremo Tribunal Eleitoral para, naturalmente, até certo ponto fazer de forma jocosa, desrespeitosa o que vinha acontecendo no cenário político, neste momento em que estamos na iminência de eleger nosso Presidente da República. Isso é de veras lamentável e é de veras degradante.

Eu teria que ter tempo suficiente para analisar e dizer do comportamento necessá-

rio que se faz neste momento para salvaguardar aquilo que tenha trazido, vai trazer, indiscutivelmente, prejuízos enormes para todos nós. Razão pela qual, venho em forma de reflexão chamar a atenção à necessidade de tomarmos algumas providências para salvaguardar no que esses estrangeiros aqui, agenciados, fazem de forma demeritória, denegrindo todo o processo político nacional.

Um outro aspecto é sobre a política de combustível no Brasil. É lamentável, quando o mundo passou por uma grande crise energética na área do combustível, nós descobrimos o combustível de alternativa que é o álcool e hoje, o Governo o abandona por não investir dentro de um programa político na área agrícola que são os plantadores de cana. Companheiro Pessuti, que representa essa área agrícola, deve estar preocupado como eu, e assim quero crer que como todos nós brasileiros estamos aí novamente vivendo um drama de consciência quando um Ministro da área econômica ocupa hoje o canal de televisão das maiores agências de comunicações para dizer que novamente vão mudar todo o processo político na área do combustível. É lamentável. Vamos ter novamente que investir em alguns dólares para trazer um determinado produto para adicionar num processo chamado COPEL que naturalmente dará uma substância que vai gerar, movimentar toda a indústria automobilística do Brasil.

Vejam você o conflito que vai trazer com a indústria automobilística que não está ajustada, devidamente preparada para receber essa substância.

Um outro elemento que eu quero analisar e, tenho aqui é a preocupação com relação a salários.

Naturalmente essa reivindicação que paira a nível de "brasis" e do Paraná, não poderia deixar de aqui se apresentar como o que nós temos assistido diariamente com o funcionalismo público em greve, reclamando e exigindo algumas providências no sentido que os seus salários sejam melhorados.

Não quero, dizer que os bancários do Brasil e os companheiros representantes da Caixa Econômica não merecem. Eles, naturalmente, se estão reivindicando é por que estão sentindo a necessidade.

Mas, e nós aqui funcionários públicos, como vamos ficar?

Vejam vocês que foi cotado na razão de 150% um aumento, corrigido de uma forma regular, como anteriormente vinha sendo feito, a ponto do maior salário no Banco do Brasil e na Caixa Econômica atingir 54 mil cruzados, e o menor salário 7 mil cruzados. O que é que eu posso dizer, a nível de "brasis", a nível de Paraná, quando nós estamos vivendo momentos desastrosos,



momentos bastante angustiantes, quando os nossos companheiros estão recebendo salários humilhantes, degradantes, está aí a luta armada, a luta formada no sentido de sensibilizar o Governo para que as coisas fiquem melhores.

Eu clamo e chamo a atenção do Governo para esta realidade, por favor atente bem para o que está acontecendo, haja vista um pronunciamento que eu tomei conhecimento há algumas horas atrás, que, por antecipação já se está anunciando que o Estado não vai pagar o 13º salário, para o funcionalismo.

Isto é deveras lamentável!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. alguma coisa não está bem sintonizada com relação ao PSDB, em Paranaguá, mas, não vim aqui para falar sobre isso, na verdade, nós tivemos ontem, alguns companheiros da Executiva do PSDB, no caminhão da carreta, hipotecando todo apoio ao companheiro Leonel Brizola. Apenas esse esclarecimento para confirmar aquilo que disse o Deputado Paulo Furiatti.

Mas, venho à tribuna, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para ler aqui um manifesto dos funcionários da Secretaria da Agricultura.

E diz este manifesto: (Lê):

#### MANIFESTO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA

"A crise de valores morais e éticos, aliada à grave situação econômica pela qual atravessa o País, cujo maior peso recai sobre a classe assalariada, ensejaram na sociedade, um grande sentimento de frustração e descontentamento. Não havendo a quem mais atribuir a incompetência e culpa, setores "responsáveis" pela condução da política econômica, contando com a participação de parcela da imprensa comprometida, vêm desenvolvendo intensa campanha junto à população, no intuito de denegrir a imagem do servidor público, imputando-lhe a responsabilidade pelo atual quadro de crise, atentando contra a dignidade dos que, por vocação própria optaram por devotar sua vida no sentido de servir à sociedade.

Por outro lado, é inegável que o progresso alcançado pelo Estado do Paraná, ao longo das últimas décadas, colocando-o em posição de destaque no cenário nacional, deve-se ao esforço e ao trabalho conjunto da sociedade como um todo. Nesse contexto, é justo reconhecer a classe dos servidores

públicos que em épocas passadas e presentemente, vêm participando ativamente desse esforço, demonstrando elevado espírito paranaista.

No que concerne ao setor agrícola, vanguarda desse desenvolvimento, cabe destacar a importância da iniciativa governamental que, através da Secretaria da Agricultura, contribuiu para a implantação das verdadeiras bases que permitiram o surgimento de uma agricultura moderna, capaz de fazer frente não só à necessidade do abastecimento alimentar de sua população, como colaborar nessa tarefa ao nível nacional, gerar excedentes exportáveis, responsáveis por significativas divisas e, mais recentemente, contribuir para a solução da crise energética.

Isto só foi possível graças ao estabelecimento de uma política, que até a pouco tempo vinha valorizando seus recursos humanos, formado a um elevado custo para o Estado, e que hoje, em função dos baixos salários e as campanhas de difamação, se encontram em franca "involução", podendo chegar, caso permaneça o atual quadro, à sua desagregação total.

Para exemplificar bastaria citar o salário atual, percebido por um técnico de nível superior com mais de vinte anos de serviço, que atualmente atinge um "valor bruto" de R\$ 2.718,00, nível máximo estabelecido para um técnico em final de carreira, de acordo com a Tabela Geral do Estado. Tais valores não apresentam sequer o salário-mínimo profissional estabelecido em Lei.

Perante este quadro de perspectivas cada vez mais desencorajadoras e após esgotado o processo de negociação não nos coube outra alternativa senão a "Paralisação Geral" das nossas atividades, a partir de 25 do corrente por tempo indeterminado.

Ressaltamos que esta situação é inédita na Secretaria da Agricultura, conta com a adesão de praticamente a totalidade dos funcionários distribuídos entre a sede na capital e as 18 bases regionais no Interior do Estado.

Queremos enfatizar que o movimento por sua amplitude, poderá acarretar sérios prejuízos à agricultura e à economia do Estado, razão pela qual apelamos à solidariedade da população e particularmente dos setores ligados à agropecuária no sentido de sensibilizar o Governo do Estado, pois que esta luta para nós é questão de "dignidade"!

Este manifesto encaminhado a todos os Parlamentares, que nós fazemos aqui questão de deixar registrado nos Anais desta Casa, a necessidade de se modificar a política salarial do Governo do Estado. Tive oportunidade de receber uma comissão

de funcionários da Secretaria da Agricultura, que mostraram seus contra-cheques, onde funcionários de vinte anos de casa, ganham salários irrisórios, e comparando até com os salários de pessoas que entram há pouco tempo na mesma função.

É inadmissível, é preciso se refazer esta política salarial, sob pena de perdemos extraordinários técnicos que hoje estão nos quadros dessa Secretaria, que tem uma dimensão extraordinária. Este é um Estado agrícola e não pode ficar na dependência de salários miseráveis como aqueles que nós podemos comparar, através de contra-cheques.

Por isto, nesta tarde, a bancada do PDT, com assento nesta Casa, vai votar favoravelmente e fechada a questão já, na emenda do companheiro Orlando Pessuti, por entender que ela é de importância para os quadros atuais da Secretaria da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não há mais oradores inscritos no Pequeno Expediente. No Grande Expediente, está inscrito o Deputado José Felinto.

Não se encontrando, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Faço uso da palavra na data de hoje, para chamar a atenção dos nobres Pares desta Casa, e por que não dizer também para conversarmos desta tribuna, porque pessoalmente já o fizemos com Sua Excelência o Governador Álvaro Dias, para que possamos, todos nós, estarmos alertas da grave situação que vivemos no setor público, motivado pela greve do servidor, que tem o seu embasamento na grande defasagem salarial ora vivida pela maioria desses servidores.

Como Deputado Estadual, membro do mesmo partido político a que está filiado o nosso Governador, não nego e nem desconheço as dificuldades enfrentadas pela máquina estatal, pela administração pública para fazer frente a todas as responsabilidades do Governo Estadual, no que tange às suas necessidades orçamentárias.

Nosso Governador Álvaro Dias tem se esmerado em tornar cada vez mais eficiente os serviços públicos, moralizando a administração, cortando os desperdícios, promovendo uma maior eficiência de arrecadação ajustando a prestação dos serviços, procedendo a integração e harmonia dos diferentes órgãos e Secretarias, enfim, tornando a máquina estatal mais enxuta e mais eficiente.

No entanto, como técnico ligado a agropecuária, médico-veterinário que so-

mos, não negamos e nem desconhecemos em contrapartida as graves consequências que advirão ao setor produtivo primário do nosso Estado, se persistir por mais tempo a greve dos servidores; servidores esses que lutam pelos seus direitos e reivindicam com justiça os reajustes e as reposições salariais a que têm direito, pois reconhecem que nenhum trabalhador deste Estado, a exemplo do servidor público poderá desempenhar a contento e com satisfação o seu trabalho, se em contrapartida, não receber a justa remuneração a que tem direito e que lhe é permitida, e que lhe permita manter sua família em estado de perfeita dignidade.

Chamo a atenção, portanto, de todos os Senhores Deputados, do nosso Governador Álvaro Dias, para que ele, em especial, determine imediatamente o estudo necessário, e sabemos que hoje de manhã já houve uma reunião de Sua Excelência, o Governador, com uma comissão de representantes dos grevistas e que para hoje à tarde, por volta das 18:00, 19:00 horas, novamente Sua Excelência, o Governador, estará reunido com os seus Secretários e com esta comissão para tentarem juntos encontrar um caminho. Que determine então Sua Excelência, o Governador, e ele já determinou o estudo necessário para que o funcionalismo estadual venha a ter corrigida as distorções, que hoje, carece realmente de serem corrigidas.

O Governador, com muita propriedade, prega a moralidade e a justiça social para todos nós; nós também acreditamos em suas afirmativas. Portanto, ao chamarmos a atenção dos Senhores Deputados e do Senhor Governador, estamos pedindo apenas que a justiça seja feita a quem merece e a quem a ela tem direito.

Para justificar minhas palavras tenho aqui em mãos um documento, que num quadro comparativo nos mostra algumas distorções a serem ainda corrigidas, e temos a certeza de que o Senhor Governador, juntamente com a comissão de estudos, haverá de encontrar meios e condições para que tais injustiças e que tais distorções hoje existentes possam ao final serem corrigidas.

Para exemplificar Senhores Deputados, observem que os dados da folha de pagamento dos servidores públicos no mês de setembro de 1989 nos apresentam um quadro de 171 mil e 958 servidores e funcionários do Estado, desse efetivo vamos encontrar ou verificar que no quadro geral e pessoal CLT existem apenas 40.472 servidores. Chamo atenção para este quadro, porque é aqui que vamos encontrar também inseridos os funcionários e servidores da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, responsáveis, junto com as empresas

vinculadas, pela orientação técnica, pela fiscalização e pelo fomento da nossa agropecuária paranaense.

Pois bem Senhores Deputados, o quadro geral e pessoal CLT representa apenas 24% do funcionalismo estadual, mas tem um peso de apenas e tão somente 12,5% no custo da folha de pagamento; 24% do total de servidores, 12,5% apenas da folha de pagamento. Se nós comparamos isso com outros setores da administração vamos verificar que na administração indireta, onde estão 14% dos servidores públicos, a folha representa 23% dos gastos; o pessoal da administração, outros Poderes e magistratura com 3,6% do pessoal, tem um custo de 9,7% da folha; o magistério estadual e os professores CLT representam 43% dos servidores e 31,1% da folha; a Secretaria da Fazenda com 1,5% dos servidores, representam 5,6% da folha; a Polícia Civil com 2,1% dos servidores, tem um custo de 2,9% da folha; a Polícia Militar com 12% dos servidores, ocupa 10,4% da folha e o Ministério Público com apenas 0,2% dos servidores, custa 2,6% do custo total da folha de pagamento.

Ao mostrar esses dados, não quero de modo algum dizer que alguns setores estão ganhando regimento, pois entendo que todos têm seus méritos e devem ser pagos condignamente, de acordo com as especificidades e com a qualidade dos serviços que prestam, mas quero sim reforçar o que disse no início deste pronunciamento, o de que ainda existem distorções a serem corrigidas, e que acredito que o Governador Álvaro Dias irá promovê-las, irá por fim corrigir esta situação.

Destaquei aqui os servidores da Secretaria da Agricultura, dada a importância que representam para o desenvolvimento da agropecuária paranaense. Isto no entanto, não diminui e nem desmerece o trabalho dos demais servidores públicos, que merecem de todos nós, a maior atenção e o mesmo respeito que devotamos aos da Secretaria da Agricultura, que tem à frente desta Pasta, um eficiente e competente servidor, que é o Secretário e Engenheiro Agrônomo, Osmar Dias.

Estou chamando a atenção para a Secretaria Agricultura, porque é sobre o setor agropecuário que quero falar neste instante, pois a persistir a greve do servidor, e senão houver um encontro de interesses entre o Governo do Estado e o servidor público, a agropecuária paranaense será seriamente atingida. O Estado ficará sem a fiscalização de sementes e mudas; não haverá fiscalização do comércio e o uso dos agrotóxicos, não teremos a liberação de novas áreas para o plantio de cítricos, o transporte de mudas cítricas ficará prejudicado pela falta das autoriza-

ções.

No que concerne às informações sócio-econômicas também não as teremos pois o DERAL - Departamento de Economia Rural da SEAB, está com seus serviços paralisados.

Lembro aos Senhores ainda, que estamos em plena época de plantio da safra de verão, onde é muito grande o comércio e uso de insumos e, por certo que haverá transtornos motivados entre outros, pelo uso de sementes impróprias ao plantio e que compromete o futuro das nossas safras.

O projeto citricultura, que pode sofrer paralisação por falta de liberação de área, sofrerá também com o atraso no cronograma de implantação dos viveiros de mudas de cítricos.

Gostaria também de tecer algumas considerações sobre a DSA, Defesa Sanitária Animal.

Lembro a todos o episódio da febre aftosa, a suspensão que o Paraná sofreu quando foi impedido de exportar carne bovina para a Comunidade Econômica Européia.

Por um breve período ficamos impedidos de exportar os dez milhões de dólares anuais que nos rende a exportação de carne.

Naquela oportunidade, o Governo do Estado, somado aos esforços da iniciativa privada mobilizaram-se, tomaram todas as medidas e providências pertinentes ao problema e com isso, uma missão especial da Comunidade Econômica Européia veio ao Paraná certificando-se de que o nosso produto estava isento de contaminações e apto a ser exportado para os países daquela comunidade.

O Paraná fez um trabalho tão dignificante que se tornou um exemplo nacional. Nossos técnicos passaram a ser convocados por outros estados da Federação para proferir palestras e para mostrar a eficiência dos seus serviços no campo da defesa sanitária animal. As normas aqui adotadas passaram a servir de modelo para todo o Brasil.

Hoje, sem preocupação vemos uma situação que nos aparenta de muita gravidade. No próximo dia 14 deste mês, estará no Paraná uma nova missão da Comunidade Econômica Européia, para comprovar mais uma vez a eficiência dos nossos serviços de erradicação da febre aftosa.

Tal missão visitará os frigoríficos exportadores, sediados em Maringá, Toledo e Paranavai.

Tudo o esforço feito até hoje poderá ficar comprometido, pois essa missão estará integrada também por médicos veterinários e que, por certo, darão seus pareceres a respeito de toda essa situação. O Governo do Estado poderá ser responsabilizado, amanhã ou depois, tanto pela classe produtora quanto pela iniciativa privada.

E isto não é o que desejamos.

Uma nova suspensão do Paraná provavelmente retirará este Estado do Mercado Comum Europeu em definitivo, pois a partir de 1992 as importações da CEE só se darão de países com efetivos programas de erradicações da febre aftosa.

O Paraná tem sido também modelo de produtor de sementes e mudas, na fiscalização do solo agrícola, nos programas de defesa sanitária vegetal e animal e não pode, no nosso ver, perder o conceito que alcançou ao longo de tão importante trabalho.

Aproveito este ensejo para também lembrar aos Senhores Deputados o porquê de nós tanto termos insistido na aprovação das emendas que garantirão os 40% de gratificação e anotação de responsabilidade técnica para os médicos veterinários, zootécnicos, engenheiros agrônomos, economistas, administradores de empresas e demais técnicos com funções idênticas e assemelhadas.

Fazemos isso porque entendemos que é de justiça, e ontem já dissemos isso, que venhamos a aprovar estas emendas que estamos propondo ao Projeto nº 185/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, somando às proposituras do eminente Presidente que já prevê este benefício aos biólogos, aos biomédicos, aos bioquímicos, farmacêuticos, aos economistas e administradores. E nós, procurando somar neste momento ao Deputado Anibal Khury e a outros Parlamentares desta Casa, estamos tentando também estender este benefício aos médicos veterinários e zootécnicos da administração direta, isto porque os engenheiros, sejam eles engenheiros florestais, agrônomos, civis e outras tipificações da engenharia, já foram contemplados com a lei sancionada pelo então Governador Ary Veloso de Queiroz, no meio do presente ano.

Estamos, agora, tentando corrigir essas distorções. Temos conversado com todas as lideranças, com todos os Parlamentares, no sentido de que possamos corrigir essa distorção e temos certeza de que nessas conversações que realizamos hoje, que realizaremos amanhã e que realizaremos em todos os momentos em que se fizerem necessários, nós encontraremos em definitivo uma saída para este problema dos 40% de anotação de responsabilidade técnica. E haremos de encontrar também condições para que o trabalhador, para que o servidor público possa dignamente receber o seu salário. Porque nós quando votamos a Constituição deste Estado procuramos, através de todos os meios que nos eram permitidos, encontrar os caminhos de darmos aos servidores que desempenham funções assemelhadas ou que desempenham atribuições iguais dentro do quadro dos servidores a tão sonhada e

tão almejada isonomia.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - V.Exa. permite-me um aparte? (Assentimento)

Deputado Orlando Pessuti, nesta tarde faz um brilhante discurso, analisando a importância dos veterinários, dos técnicos, no trato da coisa mais importante que existe neste País, que seja a alimentação e o cuidado dos nossos produtos.

Realmente, nesses anos em que o Brasil tem que abrir suas portas para o Exterior, abrir as janelas e olhar o Exterior com cuidado, para que possamos entrar em harmonia com todo o Mercado Comum Europeu, com o mundo mais desenvolvido, não tenha dúvidas de que nós precisamos estar preparados, de preparar nossos produtos, para que possam competir lá fora e que, desta vez, realmente, nesse setor, possamos nós deixar a nossa posição na vitrine, os nossos produtos, para que sejam realmente comprados e não percamos esta grande oportunidade que tem o Brasil de levar esses produtos para o Exterior.

A sua preocupação tem a nossa solidariedade, tem o nosso endosso, e nós queremos crer que somente valorizando essa classe de técnicos neste País, pela sua educação, pela sua formação é que vamos competir no mercado internacional.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço o aparte do Deputado José Rogério.

O SR. ALGACI TÚLIO - Vossa Excelência permite-me um aparte? (Assentimento).

O Deputado Orlando Pessuti lembrou da Constituinte e eu queria aproveitar esta oportunidade, para dizer que foi na nossa Constituição que eu coloquei uma emenda de nº 1.302 ao artigo 34 parágrafo 1º, que diz o seguinte: "remuneração adequada a complexidade, responsabilidade das tarefas e capacidade profissional".

E eu justificava da seguinte maneira: o servidor interessado em aperfeiçoamento e capacitação profissional, demonstra interesse direto na melhoria dos serviços prestados ao Estado. Numa época de críticas duras ao serviço público, quando o funcionalismo de forma generalizada é alvo de ira e expressões como corrupção e indolência, necessário se faz investir no bom servidor.

Incentivar e valorizar o bom servidor é valorizar a contribuição de cada cidadão ao Estado, através da qual a máquina estatal é mantida. E o nosso Relator, Deputado Caíto Quintana, respondeu da seguinte maneira: "pelo acolhimento na forma da redação do texto da emenda proposta, consoante os fundamentos e as razões da própria emenda e bem assim nas acertivas da justificativa que a instruiu".

Por esta razão, nós em respeito a Constituição do Estado do Paraná, em respeito ao bom servidor público estaremos mais uma vez, repito a Vossa Excelência apoiando a sua emenda.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Nós agradecemos a intervenção do Deputado Algaci Túlio e de pronto passamos a palavra ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Deputado Orlando Pessuti, Vossa Excelência que durante todo o tempo de sua presença aqui ao longo dos seus dois mandatos, tem falado permanentemente em favor da nossa agricultura, da pecuária do Paraná, não só aqui na Assembléia, mas fora dela, especialmente presidindo este grupo de trabalho que trata especificamente da agropecuária, que Vossa Excelência preside desde o início com muita competência e dedicação, Vossa Excelência tem autoridade para vir agora, nesta hora difícil que atravessa a economia e a vida política brasileira, como consequência, em somar-se às palavras dos demais colegas Parlamentares e nesse clamor dos funcionários públicos na área da produção, especificamente então da Secretaria da Agricultura.

Portanto, o meu aparte é apenas para dizer a Vossa Excelência e deixar registrado, patenteado esse trabalho que Vossa Excelência faz com dedicação e competência ao longo dos anos, não às vésperas de eleições e na oportunidade em que movimentos reivindicatórios vêm até esta Casa, mas Vossa Excelência tem falado em favor da agricultura e da pecuária todos os dias em que Vossa Excelência esteve aqui e fala agora com autoridade e tenho certeza, por isso o Senhor Governador do Estado será sensível, da mesma forma que será o Líder do Governo e também o Líder da Bancada de Vossa Excelência aqui nesta Casa, que levarão ao Governador Álvaro Dias essa reivindicação fortalecida pela palavra abalizada, competente e autorizada de Vossa Excelência.

Muito Obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu agradeço as palavras de estímulo que recebo de Vossa Excelência e concedo a palavra ao Deputado Dirceu Manfrinato, que nos solicitou um aparte.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Deputado Orlando Pessuti, elogiar Vossa Excelência neste plenário seria até desnecessário, uma vez que conhecemos o seu comportamento em defesa da agricultura do nosso Estado.

Quero parabenizar Vossa Excelência por esta atitude brilhante e Vossa Excelência tem esta autoridade de enviar esta mensa-

Curitiba, terça, em 07.11.89

gem à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, porque acima de tudo, sendo um Parlamentar, Vossa Excelência também pertence à categoria dos veterinários do Paraná. Sabe as dificuldades, os problemas existentes dos veterinários no campo. E quero ser solidário a Vossa Excelência com esta posição, já disse anteriormente e quero reafirmar a minha posição, em defesa especial dos veterinários do Paraná, mas também ps veterinários da região que represento na Assembléia Legislativa do Paraná, e quero reafirmar a Vossa Excelência que votarei na sua emenda em todos os momentos que for apreciada por este Plenário e parabeno essa brilhante atitude. Muito obrigado. (PALMAS...)

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu é que agradeço, Deputado Dirceu Manfrinato.

Com a palavra o nobre Deputado Antônio Costenaro.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Nobre Deputado Orlando Pessuti, nós que militamos como Vossa Excelência, em alguns setores, e principalmente na questão em defesa da agricultura, no bloco parlamentar agropecuário liderado por Vossa Excelência, na Comissão da Agricultura também desta Casa, e militamos ativa e politicamente na nossa microrregião por sermos políticos com base fundamentada no Vale do Ivaí, Norte do Paraná, nós reconhecemos, Deputado Pessuti, a sua preocupação, a seriedade com que Vossa Excelência assumiu o seu primeiro mandato de Deputado Estadual nesta Casa. Acompanhamos naquele tempo de longe. Hoje, de perto e somando às suas atividades parlamentares com um mandato também procuramos atender todos os reclamos da sociedade paranaense, em especial da agricultura, onde nós temos o nosso maior quinhão de participação política. Somamos a sua preocupação da valorização do servidor público que cumpre com o dever. Realmente nós estamos estarrecidos com a situação contemporânea aonde depois de tão falada e discutida a liberdade democrática, o direito de eleger um Presidente da República, nas vésperas da eleição, os políticos, entendo eu, quase na sua unanimidade, desalinhados por falta de lideranças que indiquem os caminhos que devemos seguir realmente. Talvez como a população brasileira, a falta de confiança naqueles que postulam a Presidência da República. Mas isto por quê? Porque a condução da política brasileira até o presente momento não tem nos dado demonstração de que o povo mereça respeito.

Portanto, ficamos aí, sempre a indagar quem será melhor? Tomamos posição sim, porque temos que depositar a nossa confiança em alguém, mas ficamos amedrontados

ao ver, nos dias de hoje, o funcionalismo público no Paraná, embora cobertos de razão por receberem salários que não conseguem levar o alimento às mesas de suas casas, pararem de trabalhar. Mas por outro lado, Deputado Pessuti, Senhores Deputados, por outro lado também nos amedronta é de saber que os cofres públicos têm uma dificuldade muito grande de angariar os impostos, os recursos para melhorar o padrão de vida desses funcionários.

(vaías das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa solicita das pessoas que estão nas galerias que ouçam com atenção e, de acordo com o Regimento Interno, é proibida qualquer manifestação de aplauso ou de repúdio.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Eu acho que não me fiz entender. A minha preocupação soma-se na verdade com a melhoria de vida e a melhoria do padrão social dos servidores, e nós temos a certeza disso. Mas como empresário também, quando pagamos os impostos, incapaz de poder dar continuidade nas nossas atividades empresariais, nós sofremos os dois lados da questão.

Então, é difícil. O que nós esperamos, na verdade, é que o nosso País, o Brasil e os brasileiros se aliem para que nós possamos ter dias melhores.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço o aparte do Deputado Antônio Costenaro. Nós gostaríamos, antes de concluir, de reafirmar aqui a nossa postura e defesa não só de setor agropecuário a quem nós dedicamos a maior parte da nossa fala na tarde de hoje, mas dizer que realmente esperamos que o bom senso de ambos os lados prevaleça nas reuniões que acontecerão a partir de hoje e, quem sabe, já na de hoje possamos atingir um nível de negociação que satisfaça aos interesses e aos anseios de ambos os segmentos, o segmento governamental e o segmento dos servidores, porque nós não poderemos persistir na situação que estamos vivendo porque na última quarta-feira, quando estivemos participando de uma reunião com os servidores da Secretaria da Agricultura em Ivaiporã, constatamos a grande defasagem que existe, a ponto de engenheiros, agrônomos com mais de 10, 15 anos de trabalhos prestados estarem recebendo em torno de 2 mil e 500 cruzados, bem a menos inclusive ao que estabelece o piso salarial da categoria; e técnicos de nível médio, que entraram trabalhando por cerca de 6 salários-mínimos, terem recebido um bruto de 700 cruzados em outubro.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Esta Presidência lhe concede mais 2 minutos.

O SR. ORLANDO PESSUTI - E tomamos o cuidado de na manhã de hoje entrarmos em contato com o Secretário Osmar Dias, com o Secretário Luiz Carlos Haully, com o Secretário Mário Pereira, com a assessoria do Secretário Rubens Bueno, com o Secretário Borja de Magalhães, e a todos pedindo que, juntos com o Governador, juntos com os segmentos representativos dos servidores públicos, encontrassem meios para que se ajustassem as posições salariais desses servidores para que o Estado pudesse voltar à normalidade.

Todos reconheceram realmente que distorções existem e que medidas estão sendo estudadas e que deverão ser propostas ainda hoje para, discutidas com os representantes das categorias, serem implantadas de imediato.

Portanto, Senhores Deputados, nós queremos que haja a sensibilidade do Senhor Governador Álvaro Dias para essas reivindicações, mas pedimos também que haja não a intransigência, que não sejam também intransigentes os servidores, que através dos seus representantes legítimos procurem chegar a um entendimento para que possamos ter a situação normalizada.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Senhor Presidente, a Liderança cede o horário ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Obrigado. Concedo aparte ao Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Deputado Orlando Pessuti, vejo seu trabalho, sua atuação aqui na Casa, no Vale do Ivaí onde temos a honra e a satisfação de juntos militarmos naquela área, com V.Exa., com o Deputado Costenaro, então isso já sabemos de termos o prazer desse convívio. O nosso voto já foi dado, daremos o voto hoje e quantas vezes for necessário para aprovação desse Projeto e das emendas. A nossa preocupação é com relação ao veto: poderá vir veto parcial. Então eu gostaria que após aprovação desse Projeto fosse formada uma comissão de Parlamentares, liderada inclusive por V.Exa., para que falássemos junto ao Governador, aos nossos líderes, evidente, ao Deputado Aníbal Khury que é o autor do Projeto para que não venha veto - nem parcial - para que nenhuma das classes que estamos aqui hoje aprovando, dando o benefício, seja prejudicada amanhã.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradecemos vossa aparte e achamos muito oportuna vossa sugestão.



Com o aparte o Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Deputado Pessuti, eu comungo com V.Exa, concordo e apoio em tudo que o Senhor apresentou, o que vem sustentando em prol destes companheiros da área veterinária. Mas, V.Exa. viu quando eu fiz uma chamada ao Senhor, talvez não percebeu, mas, estou muito preocupado e já por antecipação pelo que você vai fazer e eu vou te apoiar, é sobre a nossa política do combustível. Veja que barbaridade o governo está fazendo, é um absurdo! O Paraná é um dos maiores produtores do Brasil dessa cultura e não pode, em momento algum, ser relegado a plano secundário a forma de o Ministro vir hoje pela manhã aos canais de televisão, ocupou dois grandes canais de comunicação deste Brasil para dar uma satisfação, como se a solução fosse balela. Não é, nós já sentimos e assistimos o que este homem vem administrando. Este homem foi fruto até de momentos jocosos quando tomou certos comportamentos políticos. E eu não acredito, pelo amor de Deus, você que nos representa faça alguma coisa porque se não nós vamos arrebentar com a indústria automobilística, vamos arrebentar o que há de mais nobre neste Brasil que é nossa cultura, a respeito da cana-de-açúcar na agricultura onde o Paraná teve uma parcela extraordinária, onde se houve, em alguns governos, com a instalação de algumas micro-usinas para o estabelecimento desta política de alternativa que foi motivo e momento de regozijo a nível internacional. Apóio você em tudo.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço seu aparte e a cerca desse problema do setor sucro-alcooleiro, eu acredito que nós devêssemos realmente sentarmos ao redor de uma mesa para que pudéssemos inclusive ouvir vozes mais abalizadas para tratar deste assunto e que têm assento nesta Casa: Deputado Costenaro, Furiatti, Valderi, Sabino, todos os Deputados que têm ligação direta e uma vivência dentro do setor sucro-alcooleiro, realmente poderíamos todos, aos redor de uma mesa, sentarmos e encontrarmos caminhos como estamos tentando encontrar caminhos para o problema do trigo, como já encontramos caminhos no passado para o problema da Sudesul como estamos tentando agora, encontrarmos caminhos, para resolvermos o problema do BRDE, haveremos de também, neste caso, que é realmente de uma significância muito grande para o Paraná, encontrarmos os rumos que nós, os Parlamentares, haveremos de defender.

Com aparte o Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Deputado Pessuti. Sem dúvida que a vossa emenda vem tra-

zer um certo alívio ao funcionalismo público estadual. Agora, é fundamental que se esclareça que, dos estados brasileiros, é o Paraná o Estado que tem o funcionário público mais digno deste País. Realmente é um funcionalismo que trabalha e os níveis salariais a que estão submetidos são níveis insuportáveis. Agora, é importante esclarecer que nesta economia inflacionária a que estamos submetidos, em que temos uma inflação de 60% ao mês, a economia da vida privada tem subsistido porque repassa os preços, os custos da inflação e com isto mantém os salários da iniciativa privada: se não em condições ótimas, em condições razoáveis de suportar a inflação.

Agora, se a economia reage a 60% ao mês e os preços também, o ICM também está reagindo desta maneira.

Mas não está entrando nos cofres públicos. (Palmas). Portanto, esta história de que não tem dinheiro, eu gostaria aqui de dizer com toda convicção, ou a Secretaria das Finanças está sendo incompetente de corrigir a arrecadação de impostos num processo inflacionário de 60% ao mês, ou está recebendo dinheiro e desviando para outros setores que não seja a mão-de-obra qualificada do Estado.

Faço aqui um apelo às lideranças do PMDB, ao Governador Álvaro Dias e ao Secretário das Finanças, como a economia está reagindo a 60% ao mês e os preços 60, ou mais, há necessidade de se corrigir e de cobrar os impostos neste mesmo patamar, e retornar os salários que tínhamos há dois, três anos passados, que se não eram salários ótimos, eram salários dignos, em que os funcionários não precisavam ficar mendigando, ou fazendo greve para exercer o direito de salário.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradecemos o aparte do Deputado Paulo Furiatti e ao concluir a nossa fala gostaríamos de afirmar que realmente temos que buscar, através da conversação e do diálogo, os caminhos pelos quais o Paraná, seja o Governo, sejam os servidores, tenham que trilhar.

Não há dúvida que a economia da iniciativa privada vem crescendo, vem suportando estes índices. E disse o Deputado Costenaro que temos que levar em consideração também que num momento como este em que vivemos, onde a credibilidade no Governo, principalmente no Governo Federal, onde estamos vivendo um momento de eleições, leva, sem sombra de dúvidas, a que muitas pessoas, - e nós sabemos disto, não vamos negar coisas que sabemos, muitas são as pessoas que não recolhem na totalidade os tributos, frutos da sua atividade comercial, empresarial e industrial. Isto penaliza os cofres do Estado, mas não é



isto que vai fazer com que, - tenho certeza, que o Governador, os Senhores Secretários, porque com aqueles que conversamos hoje tivemos pelo menos este sinal, não vai ser isto que vai impedir que medidas sejam tomadas. Já que o momento é emergente. Já que o momento é de quase calamidade. Medidas emergenciais devem ser tomadas, até que possamos torná-las definitivas, caso não seja possível fazer isto agora.

Portanto, mais uma vez, conclamo a todos para que fiquemos alertas, para que fiquemos atentos, para que fiquemos insistindo para que o diálogo, para que a conversação exista, e que se encontre uma solução para as distorções salariais hoje existentes. Que fiquemos atentos, que conversemos ainda mais na sessão de hoje, para vermos aprovadas estas nossas emendas que são de justiça, - repito, para que se estabeleça a verdadeira ordem, a dignidade, daqueles que por lei tenham o direito de receber a gratificação pela anotação de responsabilidade técnica.

Agradeço a tolerância, Senhor Presidente. Agradeço a tolerância e os apartes que me ofereceram os nobres Deputados. Acreditamos que juntos haveremos de encontrar os caminhos que possam trilhar os servidores do Paraná e o governo estadual e prestar um serviço que a todos nós é destinado no Paraná.

O SR. NILTON BARBOSA - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Gostaria de registrar a presença do Prefeito de São Jorge do Patrocínio, Cláudio Palozzi, do Vereador João de Mello, que vieram trazer seu apoio aos técnicos da nossa região.

Junto está o Gerente Regional do DER, Dr. Otávio. Falando em DER, precisamos ver também a posição de seus funcionários, que está por demais defasada e sem condições de trabalho.

Era isto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças. Consulto a Liderança do PL se vai fazer uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Lindolfo Junior,

O SR. LINDOLFO JUNIOR - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados desta augusta Casa de Leis.

O Funcionário Público, quer no Município, no Estado, o Funcionário da União, eles são, Senhor Presidente, o grande sus-

tentáculo de qualquer administração pública. Se este Governo que aí está, mais tarde, julgado pela História, porventura ficar registrado que foi um bom Governo, ninguém vai lembrar dos técnicos que aqui estão, ninguém vai lembrar dos Funcionários do DER, neste momento representados pelo seu Presidente, Vereador da cidade de Maringá e Presidente do Sindicato dos Empregados do DER-PR, empregados que recebem, 70% de seus funcionários, apenas um salário mínimo, e são eles que no anonimato deveriam aparecer por trás da pavimentação asfáltica que é feita neste Estado.

Por isso o nosso reconhecimento desta tribuna, no horário do PL, aos funcionários públicos de todo o Estado do Paraná. E mais do que a nossa preocupação, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estamos apresentando um Projeto de Lei que autoriza o Governador do Estado a conceder reajuste mensal pela variação do Índice de Preços ao Consumidor - IPC - já que os vencimentos destes sofrendores está defasado em mais de 200% em nosso Estado.

Falar que a arrecadação não acompanha a reposição me parece um pouco incoerente, Senhor Presidente.

Eu tenho a fórmula para se arrecadar três vezes mais do que se arrecada hoje no Estado do Paraná: que se dê liberdade e autonomia absoluta para os Fiscais do Estado do Paraná, autonomia ao Fisco Estadual, que não haja ingerência política deste ou daquele político para que a Receita de nosso Estado possa, de forma independente, arrecadar, e nós teremos um salto de três vezes mais na arrecadação que aí está.

Mas para que o nosso projeto seja aprovado, Senhoras e Senhores Deputados, agradeço o apoio unânime concedido por este Parlamento quando ontem apresentamos este projeto. Mas nós precisamos muito mais, precisamos hoje aprovar dois requerimentos de nossa autoria que requerem regime de urgência para que em 48 horas estejamos aqui novamente votando este projeto que autoriza o Governador Álvaro Dias a conceder mensalmente, a exemplo do que já se faz no Rio Grande do Sul, a exemplo do que fez o Governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, encaminhando à Assembléia Legislativa uma mensagem que autoriza e que propõe o aumento mensal.

As tarifas públicas, a gasolina, o telefone, a energia elétrica, os serviços, a cesta básica, o pão, o leite, tudo sendo aumentado quase que semanalmente. Será que o funcionário público não é um ser de carne e osso como um homem da iniciativa privada? Será que o funcionário público hoje no nosso Estado a exemplo do funcionário da empresa privada não tem as suas necessidades básicas imediatas do dia a dia, do

mês a mês.

Não podemos ser insensíveis senhores companheiros, e é por isso que eu peço nesse momento, que apoiem dois requerimentos: um que autoriza o aumento mensal para o funcionalismo do Estado do Paraná, e que votemos em quarenta e oito horas, e o outro que unifica o valor do salário família pago aos servidores públicos do Estado, regulamentando o que diz o artigo nº 33, da nossa Constituição Estadual.

Eu agradeço, Presidente Anibal Khury, pelo seu apoio ao nosso projeto, a Mesa, agradeço ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que já disse que esse projeto não é inconstitucional, porque é um projeto autorizatório, e agradeço aos demais companheiros que têm nos apoiando nessa luta.

Muito obrigado, e não tenham nenhuma dúvida, de que o funcionário público será colocado no seu patamar, no patamar que ele merece, já que é, como já disse, sustentáculo da administração estadual.

Obrigado Senhor Presidente, Senhores Pares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PT com a palavra.

Declina.

- PFL com a palavra, o Senhor Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Os Deputados Quielse Crisóstomo da Silva, Erondy Silvério, os que estão aqui desde o início das minhas primeiras legislaturas sabem o quanto nós nos preocupamos, nos dedicamos, e nos pronunciamos, embora não muitas vezes, mas consta dos anais da Casa, a nossa palavra reiterada, na reivindicação de que se implantasse no Estado do Paraná uma citricultura orientada, produtiva a exemplo do Estado de São Paulo, e ao longo dos anos resultou na penúltima legislatura, a constituição de uma comissão especial desta Casa para tratar do assunto que era o combate ao cancro cítrico, que fazíamos parte três Deputados: Orlando Pessuti, Paulo Furiatti e este Deputado.

Houve um trabalho grande de visita às regiões, às cidades, participando de reuniões de microrregiões, do Paraná e praticamente culminou com uma viagem que fizemos a Brasília acompanhados de inúmeros Prefeitos do Paraná e lá nos reunimos ao sermos recebidos pelo então Ministro Pedro Simon, atual Governador do Rio Grande do Sul, por vários Deputados Federais do Paraná, de várias bancadas até Senadores, inclusive, o atual Governador Álvaro Dias, quando se reivindicava a liberação do

plantio de mudas de laranjas e limão, e o então Senador, o então Ministro Pedro Simon, comprometeu-se de que em poucos dias ele daria solução à reivindicação. Poucos meses se passaram e S.Exa. em Londrina na oportunidade em que o Governo Richa inaugurava a milésima ligação do Clic Rural, o então Ministro da Agricultura assinou uma portaria que praticamente liberava o plantio de citros no Paraná. Era a grande vitória do Paraná, fruto do trabalho de todas as autoridades, esta Casa empenhada, e ela se juntava aos Prefeitos e Vereadores, isso um trabalho de vinte anos porque a erradicação, no Paraná, começou por cerca dos anos 66, 65 e já quando São Paulo erradicava quatro, cinco anos, anteriormente, com Jânio Quadros.

Pois bem, a minha presença aqui, Senhores Deputados e Senhor Presidente, será rápida, mas eu não poderia deixar de fazer com muita alegria, um registro de mais um anúncio da maior importância para a economia do Paraná. Depois de vários contatos do Governo do Paraná, através de S. Exa. o Governador, que tratou pessoalmente e também o Secretário da Agricultura e responsáveis da área, culminou com a ida de representantes do Governo do Paraná para os Estados Unidos, na Flórida, e as cooperativas COCAMAR, COTIA, a Cooperativa de Nova Londrina, a Secretaria da Agricultura, e este grupo empresarial da Flórida, que mantém sequer o seu nome, mas que tem 45% das ações, 55% para as empresas do Paraná, decidiram e definiram através da palavra do Prefeito de Paranavaí, que esteve no Programa "Bom Dia, Paraná", do dia 1º, dizendo que a indústria de citros será na Cidade de Paranavaí. E nós, não apenas por sermos da região, do grande arenito de Caiuá, portanto do Noroeste do Paraná, eu não poderia deixar esta Casa, ufana-se sem dúvida alguma em deixar nos seus Anais, nos seus registros, este fato de maior importância. Porque agora, não somente vai-se iniciar o plantio de frutas cítricas do Paraná, com o objetivo de exportação e industrialização do produto, como também do combate eficaz, técnico, sério, que se fará pela primeira vez, no Paraná.

Portanto, Senhores Deputados e Senhor Presidente, faço este registro com muita alegria e voltarei numa outra oportunidade, com dados precisos, quanto à previsão de produção de área plantada, que está aí também com a sua cooperativa ultimando providências para lá também instalar uma futura indústria de citros e também implantar na sua área territorial, já que é uma das terras mais férteis do Brasil, a terra roxa, e no Norte do Paraná também produz-se laranjas para industrialização.

Só para ter uma idéia, segundo o Pre-

feito de Paranavaí, após o seu regresso da Flórida, que só na indústria de Paranavaí se pretende dar 10 mil empregos diretos. E eu, repetindo o que já disse anteriormente, entendo que a produção, dentro de 5 ou 8 anos, de laranja e limão no Paraná, de citros de uma maneira geral, será superior, espero, que a produção cafeeira, por largos tempos e dos bons tempos do Paraná. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto a Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

(Declina).

A Mesa anuncia a presença do Prefeito Márcio José da Silva, acompanhado do Professor Durval Conci, do Vereador José Pedro Firian, de Palotina. A visita é registrada com grande satisfação.

Consulto a Liderança do PDT se fará uso do seu horário. Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou dando entrada na Casa, hoje, em um pedido de informações a respeito da LOTOPAR. Entendo e reconheço até, que a LOTOPAR deve estar fazendo alguns serviços bons para o nosso Estado. Mas, evidentemente, não deve estar havendo uma fiscalização mais efetiva principalmente após uma denúncia que foi largada na cidade, no Estado, em papel de excelente qualidade e que diz aqui: o Projeto Boca no Trombone.

Fala o seguinte: (Lê)

"Para ganhar na LOTOPAR, não precisa nem jogar."

Realmente, é estranho este título, porque só se ganha jogando. Então, diz assim: (Lê)

"Veja como funciona: você emite faturas contra a LOTOPAR e pede para a namoradinha, lá dentro, confirmar o crédito com o agiota interessado em descontar a duplicata. Pronto. O agiota te dá a grana, duzentos e cinquenta paus, mais ou menos, e você se manda para Aruba, Lisboa, Rio de Janeiro..."

O Banestado, você já conhece, nunca deixa um amigo na mão e levanta os recursos para cobrir o rombo. E os amigos, conhece? Por exemplo, o turco da Lotopar, o diretor de uma emissora de TV, que coincidentemente tem uma agência de propaganda, eles já sacaram tudo e sabem como funciona o joguinho.

Não é atôa que aquela agência já está desenvolvendo uma nova e milionária campanha que parece até prêmio pelo golpe.

E, por falar em coincidência, veja outra, alguns jornais noticiaram o fato e os que pertencem ao grupo da emissora em questão não. Por quê? Adivinhou quem são?

Então boa sorte e não perca esta Loto nossa!

Isso tudo nos deixa preocupado e nós, que temos a responsabilidade de fiscalizar o Executivo, aqui estamos fazendo o nosso papel, principalmente porque, como diz aqui no Projeto Boca no Trombone, que uma ampla campanha da Lotopar seria desenvolvida, nos veículos de comunicação, e aqui está, começou a partir de segunda-feira ontem, esta campanha. - "Ouro, prata, bronze", e fala de alguns benefícios aqui que a Lotopar trouxe para o Estado do Paraná.

Negócio aqui é da Lotopar, então eu quero deixar bem claro aqui que este pedido de informações é que eu quero ser esclarecido do que é que está acontecendo.

Por exemplo - como funciona a operação repasse de dinheiro da Lotopar para as Prefeituras e Secretarias de Estado, para a realização de obras comunitárias, quais os prazos e critérios para este repasse?

Qual o montante repassado até hoje para cada Secretaria e Prefeitura, especificamente? Quais os prazos e critérios para este repasse? Qual a fiscalização para cumprimento das obras e projetos atinentes ao repasse dos recursos arrecadados pela Lotopar? Quantos atletas? Quais? Representantes de quais municípios, escolhidos por quais critérios foram beneficiados com o projeto Fruto da Terra? E eu deixo claro aqui, que eu estive no Palácio Iguaçu, quando Prefeito de Curitiba, participando desta solenidade que homenageou os atletas do projeto Frutos da Terra. O repasse de recursos para promoção de dança, música e teatro, atinge que valor? quem foram os beneficiados? Através de qual critério também?

Qual o montante de verbas repassado para a TV Educativa? Esta instalação que nós sabemos que parou, aí em cima, no alto das Mercês. Parece que desativaram a TV Educativa. Gastou-se um montante enorme de dinheiro, me parece que para nada! Então eu quero saber aqui.

Qual o montante de verbas destinado à reforma do teatro da Classe, em Curitiba?

Quantos veículos, e de que forma foram adquiridos pela Lotopar para utilização e trabalho de assistência social, nos municípios do Paraná? Que municípios? Quais foram estes municípios beneficiados com estes veículos? Que critério se usou para beneficiar determinada prefeitura ou município? Não sei se o nosso amigo Prefeito de Palotina recebeu algum veículo da Lotopar também? Ele aqui está nos dando o prazer da sua visita hoje e pertence ao nosso PDT.

Quais os critérios utilizados para a distribuição desses veículos?

Senhor Presidente, este é o pedido que estou fazendo à Mesa, espero a compreensão

da Bancada do PMDB, na sua aprovação, porque afinal de contas vem também esclarecer a todos nós, Parlamentares, porque aqui está o Projeto Boca no Trombone que conta uma historiazinha que todos nós sabemos que ela é verdadeira, existiu realmente este problema todo aqui na Lotopar, existiu! Ensejou inclusive uma reunião, um dia desses do Governador e algumas pessoas aí, para achar um meio de não prejudicar o rapaz que foi ajudado pela namoradinha que trabalha na Lotopar e que aceitava as notas promissórias lá.

Por isso nós precisamos das informações, o povo tem que ser esclarecido onde é que está indo o dinheiro que ele arrecada, através da Lotopar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PTB, com a palavra.

Declina.

Havendo declinado concedo a palavra ao PTN.

Declina.

PRN. Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados. Em primeiro lugar a denúncia do Deputado Algaci Túlio, merece uma análise, onde há fumaça há fogo.

Outra coisa, que ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Orlando Pessuti, e ao apoiar a sua emenda, ao assinar a emenda, e como eu sei que todos já estão cansados de discursos e a oportunidade não é discurso, eu queria então dizer o seguinte, Deputado Orlando Pessuti; o meu raciocínio em nome da minha bancada: 40% de aumento, vamos lutar para aprovar o projeto do Deputado Anibal Khury, que eu sei que o líder da bancada do PMDB quer que retire o projeto. Se retirar o projeto, naturalmente a sua emenda vai ser retirada, e nós vamos demorar para aprovar esse projeto e para aprovar a emenda de Vossa Excelência.

Gostaria que isso não acontecesse nesta tarde e que nós aprovássemos imediatamente o projeto do Deputado Anibal Khury e a emenda de Vossa Excelência.

Agora o mais importante, Orlando Pessuti, como disse o Deputado Paulo Furiatti nesta tarde, não é só aprovarmos este projeto. Concordo até com a idéia do Deputado Nilton Barbosa, de se fazer uma comissão de todos os partidos e ir ao Palácio dialogar, trocar idéias com o Senhor Governador, para que então realmente a sua emenda fosse colocada em prática. Veja bem. Porque não adianta. O Deputado Artagão deve ter os seus motivos para retirar o projeto e a emenda para fazer uma análise, e eu

respeito.

Vossa Excelência tem um motivo para que essa emenda seja aprovada de imediato.

O Deputado Anibal Khury preocupado de que o seu projeto seja também aprovado de imediato. Mas o mais importante, Deputado Orlando Pessuti, não é aprovarmos só o projeto e a emenda de V.Exa. O mais importante que eu sinto, no dia a dia, é que nada adianta ser aprovada essa emenda, esse projeto, se chegar lá no Palácio e houver um veto.

Quer dizer, os técnicos, o funcionalismo público vai continuar sofrendo da mesma maneira. O importante é aprovarmos e que o Governador mande pagar os 40%. Isso é que é importante. Porque não adianta nós ficarmos aqui a vida inteira aprovando, discutindo, se realmente o que for vetado vem para cá, nós vamos ter que debater novamente o veto nós vamos ter que lutar novamente para que o funcionalismo público tenha o direito de receber um salário decente, não um salário miséria. Porque o que eles querem é ter uma casa para morar; o que eles querem é ter dignidade de comprar as suas roupas; o que eles querem é ter a dignidade de deixar a sua senhora feliz, os seus filhos felizes; o que eles querem é ter o direito de sair do trabalho e no final do mês ter um bom salário para que eles possam manter os seus familiares.

Esse não é só o pensamento do funcionalismo público, é o pensamento de toda Nação brasileira.

Então eu gostaria que esse projeto fosse aprovado nesta tarde, que o deputado Artagão refletisse, eu sei que ele quer retirar para fazer uma análise, eu sei que Vossa Excelência estava preocupado, quer discutir com o Dr. Acir Breda, quer analisar o projeto, quer fazer uma análise na emenda, até se esta realmente e eu tenho a certeza que é a sua preocupação até concordo com Vossa Excelência, porque nós temos que procurar várias formas para discutir para chegar a um bom termo para com a classe do funcionalismo público.

Só que existe um detalhe: O funcionalismo público do Paraná está cansado de apanhar, merece um bom salário e está na hora deste Parlamento aprovar este projeto, aprovar esta emenda do Deputado Orlando Pessuti, e que eles tenham o direito de sair desta Casa hoje com a certeza que estão caminhando de encontro ao seu grande destino.

Volto a repetir: Com a votação dessa emenda, com a votação desse projeto, e com o aumento deste dinheiro eu tenho a certeza de que todos vão sair daqui com a certeza de que o funcionalismo público vai caminhar de encontro ao seu grande destino.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PRP com a palavra.

Declina.

PSDB com a palavra.

Declina.

Encerrado o Horário das Lideranças, passa-se à

#### ORDEM DO DIA

com a presença de 46 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n° 282/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 282/89, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que altera a Lei n° 8521, de 06 de julho de 1987, conforme especifica. (Loteria Estadual). EM REGIME DE URGÊNCIA. - Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Qual é o projeto que estamos votando?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Já está aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu solicito verificação de votação. Sr. Presidente, eu solicitei qual o projeto que está sendo votado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa anunciou o projeto.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Qual?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Projeto n° 282/89.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 185/88, de autoria do Deputado JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DO ENSINO ALTERNATIVO - AMENA, com sede nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Em votação.

O Deputado Artagão Mattos Leão Re-

quer, ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, por cinco sessões, do Projeto de Lei n° 185/89. Os Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão.

O SR. PAULO FURIATTI (Pela Ordem) - Do que trata esta matéria? Qual é o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Projeto de Lei n° 185/89.

O SR. PAULO FURIATTI - É o que trata das ARTs? Nós somos contra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Há uma confusão porque existem dois projetos.

É o Projeto de Lei n° 185/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede gratificação de responsabilidade técnica, com parecer favorável da C.C.J. e ainda há em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estamos votando o Projeto de Lei n° 185/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede gratificação de responsabilidade técnica ao biólogo, biomédico, farmacêutico, ao mesmo, uma emenda do próprio Deputado Anibal Khury, que concede a mesma gratificação aos economistas e administradores; outra emenda do Deputado Orlando Pessuti, que concede a gratificação aos veterinários e zootecnistas.

Aprovamos há alguns dias, nesta Casa, outro projeto de lei do ilustre Presidente, Deputado Anibal Khury, que concedeu a gratificação aos engenheiros e agrônomos.

Recebemos e atendemos vários funcionários, de várias áreas, com interesse neste projeto e nestas emendas. Sabemos, Srs. Deputados, que se aprovarmos este projeto e estas emendas nesta sessão, eles voltarão à discussão e votação numa Terceira Discussão.

Aprovado deverá o projeto ser encaminhado ao Sr. Governador do Estado, que terá quinze dias para analisá-lo, sancioná-lo ou vetá-lo.

E sabemos também que alguns Palamentares já estão se movimentando para apresentarem outros projetos estabelecendo gratificação a outras categorias que tenham curso superior e anotação de responsabilidade técnica.

Ora, mantive conversa com alguns colegas Deputados. Esta Casa aprovou a gratificação aos engenheiros e agrônomos. Para sermos coerentes, temos que aprovar as demais categorias, não podemos beneficiar uma ou duas categorias em detrimento de outras, que exerçam função idêntica ou similar.

Estamos propondo então, Sr. Presiden-

te, que após a aprovação do projeto, nesta oportunidade, porque ele está em votação, o projeto estaria em votação, segundo a Ordem do Dia, e estando em votação, não cabe retirada mas, aprovado o projeto e as emendas, Sr. Presidente, o mesmo seja retirado da Ordem do Dia por cinco sessões, para estabelecermos esta gratificação a todos os funcionários que tenham curso superior e anotação de responsabilidade técnica.

Numa só oportunidade votaremos o projeto ou apresentaremos uma emenda em terceira discussão fazendo com que todos os funcionários com curso superior e anotação de responsabilidade técnica tenham esta gratificação; porque esta Assembléia tem que atuar com coerência e não podemos ficar semana após semana votando a mesma matéria.

Então, é preciso, Sr. Presidente, que se esclareça que este líder, o Deputado Artagão, não é contra a aprovação deste Projeto.

O companheiro Ari me procurou, logo à tarde, dizendo que tinha chegado a ele a notícia que eu era contra a aprovação do projeto.

Eu estou aqui na função de Líder do Governo, evidentemente que tenho que defender as causas do Governo também, mas tenho que ser coerente com a postura de um parlamentar.

Nós votamos a gratificação aos Engenheiros e Agrônomos, sabemos que na Secretaria da Agricultura, muitos engenheiros agrônomos trabalham na mesma sala com os veterinários, ganhando salários diferentes, devido a esta gratificação, e não podemos evidentemente atuarmos de forma incoerente.

Agora, é preciso também, como disse o Deputado Alborghetti, que conversemos com o Sr. Governador, com o Dr. Breda, com o Secretário Haully, fazendo-os entender da necessidade do pagamento dessa gratificação, porque não adianta fazermos média com as galerias; sermos aplaudidos pelas galerias, sabendo que o Governador vai vetar.

Nós temos que agir com coerência e com decência. Por isto, Srs. Deputados, eu apresentei o pedido de retirada da Ordem do Dia por cinco sessões, após a aprovação nesta sessão, para que nós consigamos chegar a um denominador comum, visando unir os interesses dos srs. funcionários desta Casa de Leis, com o Governo do Estado; porque, afinal de contas quem paga é o Governo do Estado.

É muito fácil aprovar uma matéria, sendo que nós não pagamos nada. É muito fácil aprovar uma matéria e jogando a despesa para o bolso do próximo, do nosso colega que está ao lado.

Por isto eu peço a compreensão dos

companheiros, que poderemos até fazer uma comissão para irmos ao Dr. Breda, ao Governador, fazermos com que eles entendam que se pagamos, foi implantado inclusive o pagamento a engenheiros e agrônomos. Devemos também implantar e não apenas aprovar aqui na Assembléia as demais categorias.

Por isto, eu apresentei um requerimento solicitando a retirada da Ordem do Dia por cinco sessões após a aprovação nesta sessão, por ser coerente e por querer aprovar uma matéria que, realmente, seja sancionada pelo Sr. Governador.

Peço a compreensão dos meus Pares, e a aprovação do meu requerimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento será apreciado por ocasião da votação da matéria.

Em votação o Projeto de Lei n° 185/88.  
- Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 239/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 96/88), que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Primeiro de Maio, o imóvel urbano medindo 152.571,09 m<sup>2</sup>, no lugar denominado Parque Turístico Primeiro de Maio, matriculado sob o n° 1266, protocolo n° 6182, o Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Primeiro de Maio. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.T.I.C., por unanimidade. Com EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. -

Emenda. - Aprovada.

Projeto. - Aprovado.

O Projeto irá à 4.<sup>a</sup> Discussão.

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 295/88, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE ESPÍRITA AMOR E CARIDADE, com sede e foro na cidade de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 61/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 38/89), que autoriza o Poder Executivo a alienar aos respectivos ocupantes os imóveis constituídos pelos lotes n° 45-E, da Secção Água Grande, e 4-B, da Secção Sertãozinho, da Gleba Rio Mourão, Município de Engenheiro Beltrão. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.T.I.C. e C.A., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°



196/88, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública a APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA HELENA, com sede e foro na cidade de Santa Helena. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 222/88, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à UNIAO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 232/89, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO COLÉGIO FRANCISCO CARNEIRO MARTINS- Ensino de 2° Grau, com sede e foro no Município de Guaparuva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 234/89, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - ASSEFACRE. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 255/89, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que altera a redação da Lei n° 8624, de 08.12.87, que cria o Município de nova Tebas, passando a vigorar conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 185/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede gratificação de responsabilidade técnica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO. (Aprovado neste turno o projeto, encerrada a discussão das emendas).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 3 (três) sessões, do Projeto de Lei n° 185/89. - Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar)  
Sr. Presidente, apenas para esclarecer aos nobres Srs. Deputados, que na sessão de ontem nós já promovemos a segunda dis-

cussão do projeto, também já tivemos a segunda votação do projeto e ficou encerrada, inclusive, a discussão das duas emendas: uma de autoria do Deputado Anibal Khury que estende os benefícios de 40% de gratificação de anotação de responsabilidade técnica aos administradores e economistas; e uma de nossa autoria, subscrita também por diversos outros Srs. Parlamentares, que estende esses benefícios também aos médicos veterinários, zootecnistas, ativos e inativos da Administração Direta e Autárquica, regidos pelas leis específicas dessas duas profissões.

Portanto, as duas emendas é que nós iremos votar agora: uma do Deputado Anibal e a outra é de nossa autoria, que pretende elevar esses benefícios. O projeto já foi discutido e votado em segunda discussão e as emendas já foram discutidas, razão pela qual inclusive o Deputado Artagão não pediu a retirada, porque já em processo de votação não poderíamos retirar o projeto.

Então, conclamamos mais uma vez, a todos os presentes, para que agora, em Segunda Discussão, votemos favoravelmente às emendas do Deputado Anibal Khury, em favor dos administradores e economistas, e a emenda de nossa autoria, subscrita por outros Parlamentares, que estende os benefícios aos médicos veterinários e zootecnistas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede a Questão de Ordem.

O SR. PAULO FURIATTI - Para encaminhar, Sr. Presidente. (Assentimento).

O Deputado Artagão, havia, ali no corredor, me explicado e agora eu estava observando aqui. Esta preocupação Deputado, não justifica porque aqui está dito o seguinte: nível universitário e gratificação de responsabilidade técnica. Claro que isso será apenas para quem tem a anotação de responsabilidade técnica. Então, não há necessidade de um outro Projeto e tudo mais.

E um outra questão que eu gostaria de levantar é a seguinte: como não há número para deliberação, qualquer Deputado, aqui, que pedir verificação de votação estará contra a aprovação deste texto e das emendas do Deputado Pessuti.

É importante esclarecer isso, até para as galerias, porque no momento em que algum Deputado aqui pedir verificação de votação o Senhor Presidente é obrigado a contar o número de Deputados, daí nesse instante, não haverá número de Deputados suficiente para a aprovação da matéria.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. ERONDY SILVEIRIO - (Pela Ordem)- Se-



nhor Presidente, eu vou votar favoravelmente à matéria porque me convenceram as razões expostas.

Entretanto, eu estranho o comportamento do Senhor Deputado Paulo Furiatti, que faz uma advertência à Casa como se ele fosse o censor do nosso comportamento aqui dentro. Faz uma advertência porque pedir verificação que é um direito regimental estará contra o projeto. Não aceito camisa de força e também não quero ser dirigido por nenhum bedel aqui dentro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede a questão de ordem do Deputado Pessuti. O projeto está aprovado. Vamos submeter à votação as emendas.

Emenda do Deputado Anibal Khury devidamente apoiada. Em votação. Aprovada.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai atender a verificação de votação.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Solicito que tomem as campanhas dos gabinetes para que os Deputados sejam alertados no sentido de que eles devem votar essa matéria.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa atende o pedido de chamada nominal e vai suspender as campanhas.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas eu quero, muito embora seja matéria vencida já, mas como houve inversão de pauta e eu não alcancei a rapidez da votação, quero declarar voto contrário à votação do Projeto n° 282/89.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será registrado.

(Chamada nominal)...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem) - Retiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Retirada a verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam a emenda do Deputado Anibal Khury conservem-se como estão. Aprovada.

Emenda do Deputado Orlando Pesuti. Em votação. Aprovada.

Requerimento do Deputado Artagão Mattos Leão.

Solicita a retirada por 3 sessões do Projeto de Lei n° 185/89. Em votação. Aprovado.

Fica portanto, retirado da Ordem do Dia por 3 (três) sessões, o Projeto de Lei n° 185/89.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 208/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal a ORACINA PEREIRA, conforme especifica. Aprovado. (Publ.no DA. n° 72, de 17.08.89).

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 329/88, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, dispõe que o servidor público estadual, portador de doença incurável, fica isento de contribuição ao Instituto de Previdência do Estado-IPE, sem prejuízo do direito de recebimento de pensão por parte do cônjuge ou seus herdeiros. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.R.H., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 51/89, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DO OESTE PARANAENSE - ACOPA, com sede e foro no Município de Cruzeiro do Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 117/89, de autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que declara de Utilidade Pública o INSTITUTO CULTURAL VIDYA, com sede e foro no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 173/89, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública a CRECHE SANTO ANTÔNIO, com sede e foro na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 198/89, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE de Marilândia do Sul - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 209/89, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que declara de Utilidade Pública o HOSPITAL DE CARIDADE SÃO PEDRO, com sede e foro na cidade de Mallet. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 212/89, de autoria do Deputado NAMIR PIA-CENTINI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAMPO MOURÃO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 216/89, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ALTERNATIVA, mantida pela CENTRAE - Centro Integrado de Atendimento Especializado S/C Ltda, com sede e foro na cidade de Curitiba - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 238/89, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que altera a redação da Lei n° 8970, de 02.05.89, que cria o Município de Ivaté. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 61/89 (Mensagem n° 74/89, ex-Proposição n° 63/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que autoriza o Estado do Paraná, através da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, com a interveniência da Secretaria de Estado dos Transportes, celebrar convênios com a Empresa de Portos do Brasil S/A - PORTOBRÁS, visando a realização de obras de infra-estrutura para construção de um estaleiro naval em Paranaguá. - Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 2324, de autoria da Sra. Deputada Vera Agibert, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2308, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. CÂNDIDO BASTOS (Pela Ordem) - Só para informação, por gentileza.

Acredito que Vossa Excelência não colocou ainda em discussão os itens 23 e 24 da pauta, que estão no verso da folha n° 05.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 42/89, de autoria da C.C.J., que autoriza

a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Iguaçu, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de ÂNGULO. **Aprovado.**

# PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 42/89

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## R E S O L V E :

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Iguaçu, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de ÂNGULO.

"Inicia nas divisas do Lote n° 14, da Quadra n° 18, até o lote n° 01, da quadra n° 19 inclusive, com os lotes rurais de n° 490, 495, 500 e 505, exclusive, até o início da rua n° 17, por esta contornando a Praça 1 e seguindo novamente pela rua n° 17, até o cruzamento da rua n° 15-A, seguindo o contorno do campo de futebol até o cruzamento da rua n° 16 com a rua Iguaçu. Seguindo a rua Iguaçu até o cruzamento, até o cruzamento desta com a rua Maringá e por esta segue até os lotes rurais n° 450, 445, 440, 435, 430 e 425, exclusive e com os lotes urbanos das quadras n° 01, 03, 04, 11 e inclusive até o Ribeirão da Caçadeira. Subindo o Ribeirão da Caçadeira pela margem esquerda até a Avenida Brasil e por esta até a Estrada Boiadeira (antiga Estrada Velha), por esta segue até a Avenida n° 05 e por esta até encontrar novamente a Estrada Boiadeira e seguindo por esta até o lote n° 14 da quadra n° 15, ponto inicial e final.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 08.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente  
EDMAR LUIZ COSTA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 53/89, de autoria da C.C.J., que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Iporã, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de CAPEZAL DO SUL. - **Aprovado.**

# PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 53/89

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## R E S O L V E :

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Iporã, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de CAPEZAL DO SUL.

"Tem como ponto inicial e final a foz do Córrego Divisor ou Iretama no Rio Xambê, divisando com o Município de Pérola; pelo Rio Xambê acima divisando com o Mu-

nicípio de Xambrê; até a foz do Ribeirão Peroba, por este acima até a foz do Córrego Mariza, por este acima até o prolongamento da Estrada Santa Inês (ou Estrada Divisora das Glebas 3 e 4), por esta até a Estrada Divisória ou Saltinho, por esta até a Estrada Dr. Saldanha ou Divisora, pela Estrada Divisora ou Dr. Saldanha até o entroncamento da Estrada da Prata; pela Estrada da Prata divisando com o Município de Iporã até o seu final; nas proximidades do Rio Jangada, deste ponto, em linha reta e seca alcança o Rio Jangada; pelo Rio Jangada acima até a ponte na Estrada Mosquito; pela Estrada Mosquito até a Estrada Divisa Byngton; pela Estrada Divisa Byngton até encontrar o Marco Zero, confrontando com a Estrada do Aeroporto; segue pela Estrada do Aeroporto até encontrar o Marco 12, ainda divisando com o Município de Iporã; deste ponto segue até o Marco 11, cravado às margens do córrego do Azulão; pelo referido Córrego abaixo até o Marco 10; deste ponto segue pela divisa de lotes até encontrar o Marco 9; deste ponto desce pelo Córrego Divisor ou Iretama até a sua foz, no Rio Xambrê."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.09.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

DAVID CHERIEGATE - Relator

Apoio: Valderi Mendes Vilela, Djalma de Almeida César, Antônio Annibelli, Sabino Campos e Antônio Costenaro Neto.

Requerimento de nº 2328, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nº 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291 e 2292, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nº 2333 e 2332, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2293, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2298, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2299, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, com apoio dos Srs. Deputados Antônio Annibelli e Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nº 2300, 2301, 2302, 2303 e 2304, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2309, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nº 2313 e 2325, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2314 e 2315, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, com apoio do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2317, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nº 2319, 2320, 2321, 2323 e 2322, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2326, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nº 2330 e 2331, de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2294, de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

4ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/88.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 329/88, 51, 117, 173, 198, 209, 212, 216 e 238/89, e do Projeto de Resolução nº 61/89.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 177/85 e dos Projetos de Resolução nº 42 e 53/89.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 293/89.

Levanta-se a sessão.